

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 09/07/2020	Página: A2

Venda de refinarias gera debate

Impedir a venda pela Petrobras de suas refinarias vem mobilizando recursos das mesas da Câmara dos Deputados e do Senado, ao pedirem liminar ao Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de impedir a polêmica negociação.

O pedido repercutiu entre os industriais baianos, insatisfeitos com o posicionamento dos parlamentares, especialmente a venda em curso da Refinaria Landulpho Alves-Mataripe, conhecida por RLAM.

Em nota pública distribuída ontem, pelo site da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), os defensores da venda dos ativos da RLAM tentaram demonstrar a ausência de caracterização de venda direta, ao observar princípios do artigo 37 da Constituição Federal.

Os industriais entendem na proposta em curso de venda de refinarias a quebra de fato de antigo monopólio da Petrobras, com amplo conhecimento da sociedade e respaldo do Conselho Nacional de Política Energética pela Resolução nº 9, de maio de 2019.

– A Petrobras incluiu em seu projeto de desinvestimento oito refinarias, totalizando 1,1 milhão de capacidade diária de processamento de petróleo, o equivalente a cerca de 50% do parque de refino brasileiro – lembrou o documento.

ALIENAÇÃO – Sete refinarias, além da RLAM, poderão ser alienadas até 2021, de acordo com o termo de compromisso de cessação de prática celebrado, em junho de 2019, entre a Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Para a Fieb, o movimento de venda do controle da RLAM é positivo para o país e, especialmente, para a economia da Bahia. Acreditam que a compra da RLAM torna provável a injeção de recursos na empresa, visando sua modernização e ampliação.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

COVID-19 A comparação foi feita com o mesmo período do ano passado, aponta pesquisa do IBGE

COMÉRCIO VAREJISTA BAIANO TEM QUEDA DE 20% EM MAIO

MIRIAM HERMES

O comércio varejista baiano registrou uma retração de 20% no mês de maio em relação ao mesmo período de 2019, conforme publicada ontem pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Brasil, a retração foi de 7,2% no período.

Na comparação de maio com os primeiros meses da pandemia, a pesquisa mostra que o varejo baiano registrou uma desaceleração nos impactos. Isso, considerando que em abril de 2020 a retração em relação a abril de 2019 foi de 25,6%, o pior desempenho em 20 anos, desde quando foi iniciada a PMC/IBGE.

"Em março já registramos uma queda nas vendas deste comércio de 7,6% sobre o mesmo mês do ano anterior", disse o professor de economia Gustavo Ribeiro, destacando que os números negativos de 2020 contrastam com os cinco anos anteriores, em que os resultados foram favoráveis.

Ele chamou a atenção para o acumulado do ano com volume de negócios negativo em 11,1%, quando com-



Na capital, o comércio já está há quase quatro meses com as portas fechadas

parado com os primeiros cinco meses do ano passado, "o que demanda planejamento dobrado por parte dos empresários, principalmente dos setores mais impactados", falou.

Em meio a este cenário de preocupação, o anúncio na terça-feira dos protocolos para reabertura gradual do comércio na Bahia ainda re-

percutiu no interior, onde comerciantes contabilizam prejuízos e fazem cálculos para a retomada, pois esperam que o segundo semestre seja mais positivo.

Críticas

"A esperança existe, mas sabemos que serão meses de dificuldades", afirmou o empresário de Barreiras Rai-

undo Alves, enfatizando que, mesmo com a reabertura do comércio e dos prestadores de serviços, "deve-se considerar que a recessão está instalada e que os auxílios emergenciais, que por ora estão assegurando uma renda mínima para muitas famílias, não deverão acontecer".

Ele criticou a presença da

população "aglomerada em bares e festas particulares, elevando os números de infectados, enquanto o comércio está fechado justamente para evitar o crescimento dos casos. Parece que estamos nos sacrificando por nada", afirmou.

Diretor da Câmara de Dirigentes Lojistas de Vitória da Conquista, o empresário Hélio Marques mensurou o prejuízo do setor, lembrando que entre 21 de março e 25 de junho 360 empresas deram baixa no registro.

"Se contarmos também aqueles empreendimentos que foram fechados, mas não tiveram cancelados os registros, calculamos que esse número chega perto de mil estabelecimentos", lamentou, salientando que desde o início da pandemia "já devem ter sido cortados na faixa de quatro mil empregos na cidade".

Para Marques a expectativa é que a partir de agosto comece uma reação no movimento comercial, com reinício de contratações, e em setembro tenha uma retomada real, em crescente até o final do ano. "Estamos atravessando uma ponte estreita. Do outro lado pretendemos recuperar o fôlego", disse.

Raphael Müller / Ag. A TARDE / 25.6.2020

CNC revisa para 9,2% a retração nas vendas no varejo este ano

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revisou de 10,1% para 9,2% a previsão de retração no volume das vendas no varejo ampliado para este ano. No varejo restrito, que exclui os ramos automotivo e de materiais de construção, a projeção de queda também diminuiu de 8,7% para 6,3%.

As estimativas foram calculadas com base nos dados positivos da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indicou crescimento de 13,9% no volume de vendas no comércio varejista nacional, em maio, na comparação com abril. A alta foi registrada após dois meses de queda em consequência dos efeitos da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Na revisão apresentada ontem, a entidade indicou que a queda do isolamento social e as estratégias de e-commerce ajudaram o varejo a repor parte das perdas impostas pela Covid-19, até o momento.

A expectativa é que o setor também avance em junho, com o início da flexibilização das medidas restritivas de distanciamento social.

Armando Avena



**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**

atarde.com.br/colunista/armandoavena

armandoavena@grupootarde.com.br

Há uma luz no fim do túnel

Após quase quatro meses de isolamento social e em pleno pico da pandemia na Bahia, surge uma tênue luz no fim do túnel. A luz vem da constatação de que Salvador apresenta sinais de que está chegando a um platô de casos de Covid-19, uma estabilização que ainda pode levar algumas semanas, mas que tem como resultado a queda dos casos.

A luz surge também do lançamento pelo governador Rui Costa e pelo prefeito ACM Neto dos protocolos necessários para a retomada das atividades econômicas e o estabelecimento de definições sobre quando e como será a reabertura.

É verdade que uma certa frustração ficou pairando no ar, pois os empresários queriam uma retomada imediata, mas registre-se aqui a preocupação tanto do governador quanto do prefeito com a vida das pessoas ao condicionarem a retomada

da à taxa de ocupação das UTIs em Salvador.

Note-se que, ao fazer isso, prefeitura e governo vincularam a situação da capital à dos demais municípios da região metropolitana e, em última análise, ao estado como um todo. Em outras palavras: a curva da pandemia em Salvador já está se estabilizando, mas ainda não atingiu o pico na Bahia, assim, adotando outros indicadores, como o fator R e a taxa de contágio, a capital já estaria em condições de entrar na fase 1 da

A luz surge do lançamento dos protocolos necessários para retomada das atividades

reabertura. Mas, infelizmente, isso não seria possível, pois as UTIs da capital são utilizadas pelos municípios da RMS e de várias regiões.

Toque de recolher

Nesse sentido, a decretação pelo governo do toque de recolher nos municípios da RMS tinha de fazer parte do plano e precisa dar resultados, forçando a queda de novos casos de coronavírus na área metropolitana, para assim permitir a redução para 75% na taxa de ocupação das UTIs em Salvador.

A boa notícia é que 75 novos leitos de UTI serão criados na Arena Fonte Nova

Mas a boa notícia é que 75 novos leitos de UTI serão criados na Arena Fonte Nova nas próximas semanas e podem viabilizar a meta e assim dar o start na reabertura ainda este mês. Mas atenção: será preciso muita fiscalização e a consciência dos soteropolitanos e dos metropolitanos para manter os níveis de isolamento social, sob pena de a reabertura ser adiada para agosto.

No entanto, há luz no fim do túnel, não só porque, com o estabelecimento do critério de reabertura, os agentes econômicos poderão se planejar, mas também porque os protocolos anunciados são técnicos e racionais. E isso era indispensável, pois não basta apenas decretar a reabertura, é preciso dar segurança à população de modo a que ela possa ter de volta o comércio e os serviços, mas com a garantia de que está sendo protegida das aglomerações e do contágio.

A reabertura da Fafen

O berço político do governador Rui Costa foi o Polo Petroquímico, por isso a reabertura da Fafen (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados), fechada pela Petrobras, era questão de honra. E esta semana a Secretaria de Desenvolvimento Econômico assinou um protocolo de intenções que vai viabilizar a retomada da produção, com um investimento de R\$ 95 mi-

lhões. Arrendada pela Proquigel, a Fafen é a única produtora nacional de fertilizantes nitrogenados, insumo fundamental para o agronegócio e, se fosse fechada, seria necessária a importação do produto. E a Fafen e toda a cadeia de gás e óleo terão redução do preço do gás viabilizada pela Secretaria de Infraestrutura, com a liberação de compra no mercado livre.

Uma nova cerveja na Bahia

O portal Bahia Econômica noticiou ontem com exclusividade que o governo do estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, está negociando a vinda da Cervejaria Cidade Imperial para Alagoinhas, num investimento que pode chegar a R\$ 1,2 bilhão, com a criação de 350 empregos. O secretário e vice-governador João Leão está comemoran-

do, afinal, Alagoinhas já é a capital da cerveja e sede de um dos maiores polos de bebidas do país, e o novo investimento fortalece essa posição. Lá já estão instalados o grupo Kirin Brasil, comprado pela Heineken, e o grupo Petrópolis, da Cerveja Itaipava, além de indústrias de refrigerantes. Cerveja se faz com água, e a de Alagoinhas é a melhor do país.

JUSTIÇA Empresário Ricardo Nunes é suspeito de sonegar R\$ 400 milhões ao longo de 10 anos

Fundador da rede varejista Ricardo Eletro é preso por sonegação fiscal

AGÊNCIA BRASIL

Policiais civis, auditores fiscais da Receita e três promotores de justiça de Minas Gerais saíram às ruas de quatro cidades mineiras e de São Paulo na manhã de ontem para cumprir três mandados judiciais de prisão e 14 mandados de busca e apreensão expedidos contra empresários investigados por sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

Entre os principais alvos da investigação está o fundador da rede varejista Ricardo Eletro, Ricardo Nunes, detido em São Paulo. A filha mais velha do empresário, Laura Nunes, e um irmão também são alvo da Operação Direto com o Dono. Um segurança que tentou impedir a ação policial também foi detido pelo crime de desobediência.

Segundo o Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG), os investigados são suspeitos de sonegar, ao longo de mais de cinco anos, cerca de R\$ 400 milhões em impostos estaduais, como o ICMS. De acordo com promotores que participam da operação conjunta, além dos valores sonegados aos cofres públicos mineiros, a Ricardo Eletro tem "dívidas vultosas em praticamente todos os estados onde possui filiais [lojas]".

De acordo com o Minis-



Ricardo Nunes (de máscara preta) foi preso durante a Operação Direto com o Dono

tério Público, "o inquérito corre sob sigilo, mas as provas já colhidas denotam a participação efetiva deste alvo na administração da empresa. Há inúmeros indícios de que esta administração fática ainda é realizada pelo alvo principal da operação".

A fim de garantir o ressarcimento dos prejuízos aos cofres mineiros, a justiça também determinou o sequestro ao equivalente a R\$ 60 milhões em bens imó-

veis atribuídos a Ricardo Nunes – ainda que muitos deles, segundo os promotores responsáveis pelo caso, estejam registrados em nome de parentes do empresário.

De acordo com o Ministério Público, a medida é necessária pois a Ricardo Eletro encontra-se em situação de recuperação extrajudicial, "sem condições de arcar com suas dívidas, já tendo fechado diversas unidades e demitido dezenas de trabalhadores".

No total, a Operação Direto com o Dono mobiliza três promotores de justiça, 60 auditores fiscais da Receita estadual, quatro delegados e 55 investigadores da Polícia Civil.

Longa investigação

Segundo o promotor de justiça Fábio Reis de Nazareth, o inquérito foi instaurado ainda no primeiro semestre de 2018. O objetivo era apurar suspeitas de sonegação fiscal, lava-

gem de dinheiro e ocultação de bens patrimoniais entre 2012 e 2018. Mas ao longo da investigação surgiram indícios de que a prática recorrente destes crimes transcende ao período de seis anos.

"A empresa cobrava o ICMS dos consumidores – o que é comprovado pelas notas fiscais [devidamente emitidas] –, mas não repassava esses valores ao estado. Ao longo de dez anos ela se portou dessa forma", disse Nazareth, ao explicar por videoconferência detalhes da investigação. "Ela [empresa] tinha como política empresarial a sonegação fiscal", contou o promotor.

O dinheiro – R\$ 400 milhões – não era reinvestido na empresa, mas sim diluído por empresas patrimoniais criadas em nomes de laranjas, incluindo parentes de Ricardo Nunes.

"O que se nota é um empobrecimento da rede, que chegou praticamente à bancarrota, abrindo um processo de recuperação extrajudicial", disse o promotor.

"Observamos o enriquecimento de seu principal sócio [Ricardo Nunes], que utilizava empresas de fachada para ocultar o patrimônio que, direta ou indiretamente, adquiria com os proveitos da sonegação fiscal, o que caracteriza a lavagem de dinheiro", acrescentou Nazareth.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 09/07/2020	Página:

Correio*

HOSPITAL DE CAMPANHA RECEBE MAIS VAGAS

FEIRA DE SANTANA Mais oito leitos de UTI foram abertos anteontem, no hospital de campanha para tratamento da covid-19 em Feira de Santana. Com isso, a oferta subiu de dez para 18 leitos, além dos 40 clínicos já disponíveis. As novas vagas visam reforçar o atendimento, evitando o colapso na saúde da cidade. Anteontem, Feira

voltou a fechar o comércio após um aumento no número de casos do novo coronavírus. A prefeitura anunciou que também fechará a feira livre do bairro Estação Nova, a partir de hoje. A cidade tem 4.294 casos confirmados da doença e 59 óbitos, de acordo com boletim divulgado pela Secretaria de Saúde do Estado (Sesab).

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 09/07/2020	Página:

Correio*

Inquérito é aberto para apurar nova compra de respiradores

CONSÓRCIO O Ministério Público Federal (MPF) determinou a abertura de inquérito civil para apurar uma compra de respiradores pelo governo da Bahia e Consórcio Nordeste, que representa os nove estados da região, junto à empresa Pulsar. A determinação ocorreu na segunda (6). Em nota, o Consórcio informou

que a tentativa de compra dos respiradores foi feita pelo Fundo Estadual de Saúde da Bahia e que a operação foi cancelada unilateralmente pelos compradores por incapacidade de entrega na data prevista. O valor foi integralmente devolvido aos cofres públicos. A Pulsar foi contratada para entregar 750 respi-

radores, mas como não cumpriu os prazos, em junho, devolveu o valor de US\$ 7,9 milhões investidos pelo Consórcio. Também em junho, um contrato firmado entre o Consórcio e a empresa Hempcare, para a aquisição de 300 respiradores, resultou na prisão temporária de três empresários, soltos após cinco dias.

Produção da indústria baiana cresce em maio

PESQUISA A atividade industrial da Bahia registrou, em maio passado, uma expansão de 7,6% frente ao mês anterior, na comparação com ajuste sazonal, após ter apresentado a maior queda em 18 anos, na passagem de março para abril (-24,2%). De acordo com o IBGE, a alta de abril para maio "reflete a volta da produção de algumas unidades no estado, após a suspensão das atividades por conta da pandemia da covid-19, além de ser influenciada pela baixa base de comparação".

Entretanto, segundo o IBGE, o resultado positivo de maio, ainda não chegou perto de superar as perdas acumuladas nos últimos meses. De março a maio, a queda acumulada no setor chega a 22,8%. No ano (de janeiro a

7,6%
foi alta na produção da indústria baiana em maio em relação a abril, segundo pesquisa do IBGE

maio), a produção industrial acumula perdas de 5,9%, em relação ao mesmo período de 2019. O resultado é melhor que o do Brasil como um todo (-11,2%). Já nos 12 meses encerrados em maio, a indústria na Bahia também se mantém no negativo (-5,1%), frente aos 12 meses imediatamente anteriores. O resultado está bem pouco acima do nacional (-5,4%).

De acordo com a pesquisa, divulgada ontem pelo IBGE, em relação a maio de 2019, a produção industrial baiana seguiu em queda (-20,7%), ainda que um pouco menor que a nacional (-21,9%). Foi o segundo resultado fortemente negativo no ano e o pior para um mês de maio, no estado, na série histórica da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) Regional, iniciada em 2002.

O importante recuo na produção industrial da Bahia na comparação com maio de

2019 refletiu quedas tanto na indústria de transformação (-21,4%) quanto na indústria extrativa (-7,3%). Das 11 atividades da indústria de transformação investigadas separadamente no estado, apenas duas tiveram resultados positivos: fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (27,9%) e fabricação de celulose, papel e produtos de papel (1,1%).

Por outro lado, o principal impacto negativo veio, assim como em abril, da indústria automobilística. A fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias acelerou um pouco mais sua queda 97,6% em relação a maio do ano passado. Com o quinto recuo mais acentuado (-42,1%), o segmento de metalurgia teve o segundo principal impacto no resultado negativo da indústria baiana.

Vendas do varejo registram alta de mais de 10%, mostra IBGE

CRISE As vendas no comércio baiano registraram, em maio passado, um recuo de 20,8%, na comparação com igual mês do ano anterior, num resultado bem pior que a média do país, cuja retração foi de 7,2%, nessa mesma base de comparação. Em relação ao mês anterior (abril), no entanto, o varejo no estado registrou crescimento de 10,3%. Os dados

são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada ontem pelo IBGE.

O resultado do varejo baiano em maio releva que o setor continua sendo intensamente impactado, após isolamento social por conta da pandemia do coronavírus. De acordo com o levantamento, por atividade, em maio de 2020, os dados do comércio baiano, quando comparados aos de

maio de 2019, revelam que apenas o segmento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo registrou comportamento positivo. A alta nas vendas foi de 1,7%. O segmento de tecidos, vestuário e calçados, liderou a queda, com uma retração de 81,3%, seguido pelo segmento de livros, jornais, revistas e papelaria (-73,2%).



Os números da economia já divulgados sobre o mês de maio vieram melhores do que o esperado e devem ser comemorados. Mas ainda é cedo para indicar que o país terá uma recuperação sustentada, porque os indicadores estão sendo turbinados pelas políticas de estímulo do governo, que têm prazo de validade para acabar. O próximo dado será sobre o setor de serviços, e a impressão dos economistas é que com esses números eles vão rever a projeção da queda do PIB no segundo trimestre, reduzindo a dimensão do tombo em relação ao inicialmente previsto.

Ontem saiu uma coleção de indicadores. Além dos dados do varejo, as informações da safra e da produção industrial por região. A colheita de junho permitiu rever para cima a estimativa agrícola em 2,5%. A produção industrial, conforme dado divulgado na semana passada, subiu 7% em maio, e a informação de ontem do IBGE foi de que ela subiu em 12 das 15 regiões pesquisadas. No Paraná, a alta chegou a 24%. Houve três estados em que caíram, o pior deles foi o Espírito Santo, -7,8%.

História que os números contam

Cada número tem o seu avesso, principalmente neste momento em que o país está atravessando uma estrada cheia de altos e baixos. Então o crescimento de quase 14% do varejo de maio sobre abril só pode ser entendido se for completado com o fato de que comparado a maio do ano passado a queda foi de 7,2%. No varejo ampliado, em que entram os carros e material de construção, a alta foi de 19,6%, mas ficou 14,9% menor do que no mesmo mês de 2019. Houve saltos enormes, como nas vendas de tecidos, vestuário e calçados, que aumentaram 100% em maio na comparação com abril, mas quando comparadas a maio do ano passado a redução é de 62%.

A história que todos esses números contam é que ainda é temporada de dados descontraídos. O país está longe de po-

der comemorar a retomada das atividades, porque a pandemia ainda não foi controlada e isso vai afetar diversos setores, especialmente os serviços. Mas ao fim e ao cabo este será um ano da maior recessão da nossa história. No meio do caminho, vamos ter números negativos e positivos. Às vezes ao mesmo tempo, como em maio: é a maior alta em um mês sobre mês anterior da série, mas no ano o acumulado negativo aumentou de 3,1% para 3,9%. Estamos neste momento olhando pelo espelho retrovisor os números do pior trimestre. E pelo visto até agora quem imaginava uma queda de dois dígitos do PIB trimestral está atenuando a dimensão desse encolhimento, que, contudo, será muito forte.

Os próximos meses trarão números contraditórios. Te-

me-se, por exemplo, o que acontecerá no mercado de trabalho. O governo costuma dizer que poupou 10 milhões de empregos, mas na verdade as medidas que reduziram o salário e a jornada, ou suspenderam o contrato, evitaram sim muitas demissões, mas temporariamente. A ideia é que fossem uma ponte para um momento de economia mais forte. Só que as políticas de crédito para manter as empresas com capital de giro ou com capacidade de retomar as atividades estão falhando, em grande parte, e esse é o maior risco que a economia real enfrenta neste momento.

O auxílio emergencial salvou o orçamento de milhões de famílias e explica parte da alta das vendas de maio. Já houve esse mesmo fenômeno, com dimensões menores, quando o gover-

no liberou saques do FGTS. A atividade mostrou sinais de reação, mas depois perdeu potência. A grande dificuldade desta crise é que todos os entes da economia, família, empresas e as três esferas de governo, saíram muito endividados. Por isso, é cedo para dizer que o pior momento da recessão já passou.

O Iedi apontou que o comércio está 7,3% abaixo do nível de fevereiro, antes do início da pandemia. No conceito ampliado, a diferença é de -15,1%. O banco UBS avisou que vai melhorar a projeção para o PIB do segundo trimestre, mas de -13,5% para -11,5%. Ou seja, o recuo ainda permanecerá muito forte. E no terceiro trimestre espera-se uma recuperação parcial, em torno de 5%.

A história que os números contam é que a economia entrou em queda livre em abril, recuperou-se um pouco em maio, mas ainda está muito atrás de onde estava antes da crise. E a atividade já não estava bem. Conta também que a injeção dos recursos do auxílio emergencial, e outros benefícios que foram liberados, ajudaram as famílias e o consumo.

**Ricardo Nunes foi preso em SP**

Fundador da Ricardo Eletro é preso por sonegação fiscal

INVESTIGAÇÃO O empresário Ricardo Nunes foi preso na manhã ontem, em São Paulo, em operação deflagrada por força-tarefa montada pela Polícia Civil de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Fazenda e o Ministério Público contra a rede varejista que fundou, a Ricardo Eletro, uma das maiores do Brasil. A filha de Ricardo, Laura Nunes, também foi presa, em Belo Horizonte. Ricardo foi transferido para Minas.

Há indícios de que a cadeia de lojas, que atua no setor de eletrodomésticos, tenha sonegado ao longo de cinco anos cerca de R\$ 400 milhões em impostos. Segundo as investigações, os impostos eram cobrados dos consumidores mas não eram repassados ao Fisco. De acordo com informações do Ministério Público, o valor é correspondente a Minas Gerais. Há, no entanto, dívidas em “praticamente todos os estados” onde a rede possui filiais.

A Ricardo Eletro diz que Ricardo Nunes e familiares não fazem mais parte do quadro de acionistas do grupo, tampouco de sua administração.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 09/07/2020	Página: 02

Tribuna

Apuração

O Ministério Público federal (MPF), através do procurador da República Fernando Túlio da Silva, determinou a abertura de inquérito civil para apurar uma compra de respiradores pelo governo da BA e Consórcio Nordeste, que representa os nove estados da região Nordeste do país, junto à empresa Pulsar. A determinação ocorreu na segunda-feira (6).

Tribuna

Sesab implantará 20 novos leitos de UTI para Covid-19 em Juazeiro

O Governo do Estado abrirá vinte novos leitos de Terapia Intensiva dedicados ao coronavírus (Covid-19) no Hospital Regional de Juazeiro até o final do mês. Este é o prazo para as obras de adequação que ocorrem na unidade.

Na última segunda-feira (6) a Sesab abriu 10 leitos de UTI e 20 leitos clínicos no Hospital Promatre de Juazeiro, cujo contrato é superior a R\$5,4 milhões por seis meses. Apenas em Juazeiro a Sesab possui 65 leitos entre clínicos e de UTI para Covid-19 no município, custeados inteiramente com recursos estaduais.

Adicionalmente, a Sesab reforçou o número de leitos na região, contratando 10 leitos de UTI e 30 clínicos no Hospital São Pedro,

no município de Remanso. Na avaliação do secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, que esteve visitando Juazeiro na última semana, "o governador Rui Costa tem feito um esforço enorme para ampliar e descentralizar o atendimento aos pacientes mais graves com o diagnóstico positivo para Covid-19 e Juazeiro é um dos polos mais beneficiados", afirma o secretário.

O Governo do Estado também destinou R\$ 220 mil por mês para a abertura de pronto-atendimentos Covid-19 em toda a Bahia, incluindo Juazeiro. As unidades são voltadas para a classificação, manejo clínico, estabilização do paciente e, caso necessário, regulação para unidades de maior complexidade.

Tribuna

SAUBARA

Inaugurada pavimentação de trecho de 27,5 km da BA-878

Cerca de 75 mil moradores do Recôncavo baiano são os principais beneficiados pela pavimentação feita no trecho de 27,5 quilômetros da BA-878 até o distrito de Bom Jesus dos Pobres. A obra, que contou com cerca de R\$19 milhões em investimentos do Estado, foi inaugurada pelo governador Rui Costa, durante visita ao município de Saubara, na manhã de ontem.

Rui lembrou que a pavimentação e requalificação de rodovias em todo o território estadual é uma das prioridades do governo. "Os investimentos do Governo do Estado continuam na área da infraestrutura. Estrada em boas condições significa segurança, geração de empregos e a garantia de uma boa trafegabilidade e mobilidade. Esta, em especial, beneficia não somente os moradores da região, como também as pessoas que

visitam o município, já que aqui é um ponto de atração turística", explicou.

Executada pela Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra), a intervenção foi feita na BA-878 até o entroncamento com a BR-420 e envolveu a colocação de asfalto do tipo CBUQ. A obra beneficia, além dos moradores de Saubara, os habitantes da vizinha Santo Amaro.

Motoristas que trafegam pela região também celebram a pavimentação da rodovia. O comerciante Adailton Gomes é um deles e garante que "antes levava muito mais tempo no trajeto entre Saubara e Bom Jesus, mesmo estando de moto, e, agora, não gasta mais do que 10 minutos no mesmo percurso".

ÁGUA

Na oportunidade, o governador vistoriou as intervenções de ampliação da rede de abastecimento de



água realizadas no município de Saubara, no valor de R\$ 24 milhões. A obra já foi mais de 50% executada e irá beneficiar, além dos moradores, um grande número de turistas que frequentam a região, principalmente nos finais de semana. "A obra vai resolver o problema de abastecimento que a cidade enfrenta, principalmente em finais de semanas e períodos de feriados, época que Saubara recebe muitos visitantes", destacou Rui Costa.



Tribuna

Devido à crise, produção baiana de automóveis despenca quase 100%

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

A produção de automóveis na Bahia caiu 97,6% frente a maio do ano passado e, assim como em abril, foi a principal influência negativa no resultado da indústria baiana em geral. Segmentos de derivados de petróleo (27,9%) e celulose (1,1%) foram os únicos que tiveram alta, neste período da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações são da supervisora de Disseminação de Informações, da Unidade Esta-

dual do IBGE na Bahia, Mariana Viveiros.

Pelo espelho retrovisor da pesquisa, a montadora Ford - que atua no município de Camaçari, Região Metropolitana de Salvador - , é a principal culpada deste resultado negativo. A empresa retomou suas atividades, no final de junho passado, com uma produção de forma gradual, conforme o ajuste dos trabalhadores aos novos protocolos de saúde e segurança. Nesta retomada, os funcionários trabalharam, apenas, um único turno, o da manhã, após a suspensão da operação, em março, por causa da pandemia do corona-

vírus.

CRESCIMENTO

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) Regional, divulgada nesta quarta-feira 8, pelo IBGE, a produção industrial baiana cresceu 7,6% na passagem de abril para maio, mas ainda segue em queda (-20,7%) frente a maio de 2019. "O resultado positivo de abril para maio foi melhor que o nacional (7,0%), mas não chegou perto de superar as perdas acumuladas em razão da pandemia", adiantou a jornalista Mariana Viveiros para acrescentar em seguida: "De março a maio, a



Fotos: Romildo de Jesus

MONTADORA

A Ford que atua em Camaçari é responsável por este saldo negativo na Bahia

queda acumulada na produção industrial baiana foi de -22,8%".

Disse, também, Mariana Viveiros que, "frente a maio de 2019 (-20,7%), o recuo foi menos intenso que o do país como um todo (-

21,9%). Mas, representou o pior mês de maio para a produção industrial da Bahia, desde o início da série histórica da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) Regional do IBGE, em 2002". E completou: "Nes-

sa comparação, recuaram tanto a produção da indústria extrativa (-7,3%) quanto a de transformação (-21,4%), onde 9 (nove) das 11 atividades pesquisadas, separadamente no estado, mostraram quedas".

Tribuna

Políciais voltaram a paralisar atividades por 24 horas

RAYLLANNA LIMA
REPORTER

Os policiais civis que atuam no estado da Bahia voltaram a paralisar as atividades, desta vez por 24 horas. Ao longo de toda a quarta-feira (8), somente 30% do efetivo continuou trabalhando, atendendo apenas casos urgentes como prisão em flagrante e levantamento cadastrado. Com mais de 260 agentes infectados pelo novo coronavírus, que provoca a Covid-19, a categoria teme que as delegacias se transformem em "verdadeiros focos de proliferação do vírus".

Em entrevista à Tribuna da Bahia, o presidente do Sindpoc (Sindicato dos Policiais Civis da Bahia), Eustácio Lopes, disse que a paralisação é uma tentativa de chamar a atenção do governador Rui Costa, visto que a categoria já enviou ofícios para a Polícia Civil e para a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BÁ), alertando sobre os riscos, mas nada teria sido feito.

Os policiais externam a falta de protocolos de segurança nas delegacias desde maio, quando também houve uma paralisação, mas de menor proporção, apenas em uma unidade localizada em Salvador. Além dos infectados, quatro policiais civis morreram vítimas da doença e outros quatro seguem internados em estado grave, segundo levantamento feito pelo sindicato.

"Nossa denúncia é a omissão da Polícia Civil, que

não cumpre o protocolo sanitário de segurança para evitar a Covid-19 nas delegacias. Denunciamos a falta de instalação de pias nas unidades, falta de controle no acesso das pessoas, falta de aferimento da temperatura, revezamento das equipes para não ficar pessoas aglomeradas - no DHPP, de 15 a 20 homens ficam todos amontoados em uma sala. Não tem testagem a cada 15 dias de grupo de serviço essencial. Policiais fazem diligências com postos contaminados sem saber. O quadro mais dramático é que nas delegacias têm presos. Pessoas flagrantes sem máscaras, contaminadas, que contaminam outros presos, como ocorreu em Serrinha, Dias d'Ávila, Alagoinhas", disse Eustácio Lopes.

Ele acrescentou outras demandas, incluindo o pedido de pagamento adicional aos agentes por insalubridade. O porta-voz reforçou que a paralisação é um pedido de socorro. "Tentamos a Polícia Civil e a SSP com ofícios, sem solução. Resolvemos parar como um pedido de socorro para que o governador tome conhecimento desse descaso. A Polícia Civil soltou na imprensa uma nota mentirosa, dizendo que não falta EPIs [equipamento de proteção individual], o que não é verdade. Para policiais no interior falta álcool em gel, máscara, não tem teste. Policiais civis recorrem às prefeituras para fazer teste", afirmou.

Tribuna

Safra de grãos poderá ter recorde histórico

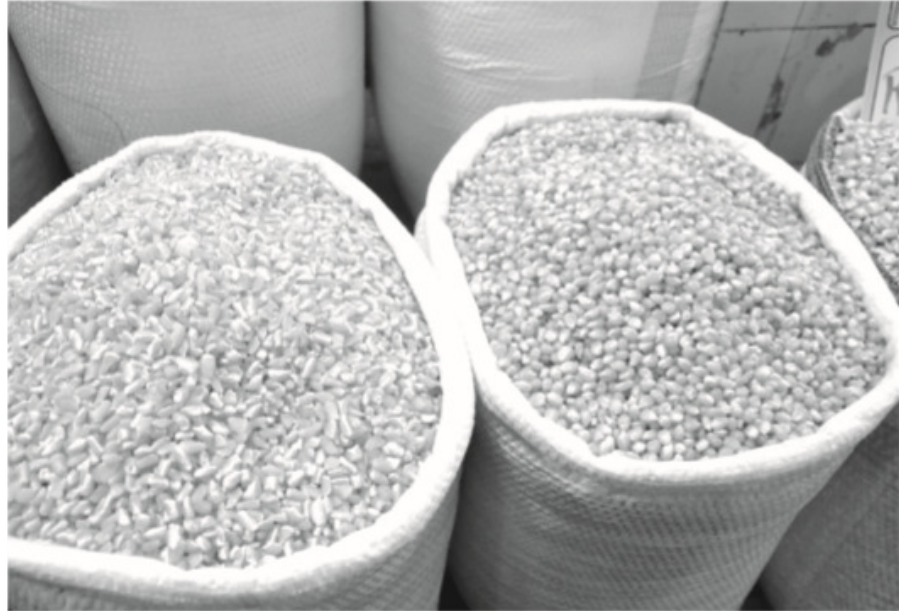
Foto: Romildo de Jesus

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

Com uma produção estimada em exatas 9.359.331 toneladas de grãos, neste ano, ou seja, 13,0% acima do colhido no ano passado em 2019, a Bahia poderá ter a maior safra da série histórica do acompanhamento mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), iniciado em 1972. "Houve uma revisão para cima de 3,2% em relação à estimativa de maio, puxada pela soja, que deve ter uma produção de 6,027 milhões de toneladas em 2020, ou seja 13,5% maior do que em 2019", antecipou a supervisora estadual, Mariana Viveiros.

As outras produções com previsão de maior crescimento, em termos absolutos, no estado são as de cana-de-açúcar (+944.000 toneladas ou +22,4%), soja (+718.100 toneladas ou +13,5%) e milho 1ª safra (+259.600 toneladas ou +19,0%). Por outro lado, banana (-190 mil toneladas ou -18,3%), algodão herbáceo (-64 mil toneladas ou -4,3%) e feijão 1ª safra (-35,5 mil toneladas ou -20,6%) lideram as quedas absolutas de produção.

No Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgada, nesta quarta-feira 8, "de maio para junho, a previsão para a safra baiana de soja subiu 3,8% (mais 220,5 mil toneladas),



PRODUÇÃO

A estimativa é de 9.359.331 toneladas de grãos, 13% acima do colhido em 2019

muíto por conta de uma expectativa de aumento de 1,2% na área plantada". Já, no contraponto do recorde, de maio para junho, a produção baiana de tomate teve

uma estimativa para baixo (-15,3%), o que representa 34.600 toneladas a menos que em 2019 (-12,5%). "Assim, 11 das 25 safras de produtos, no estado, investigadas pelo LSPA, devem ser maiores em 2020, frente a 2019" acrescenta Mariana Viveiros.

SOJA LIDERA

A estimativa de junho para a safra baiana de cereais, leguminosas e oleaginosas (também conhecidos como grãos) prevê uma produção recorde de 9.359.331

toneladas neste ano e deve ficar 13,0% acima (ou mais 1.075.671 toneladas) da colhida em 2019 (8.283.660 toneladas). A Bahia é, hoje, o sexto maior produtor de soja do Brasil.

"A previsão de junho para o estado ficou 3,2% maior que a de maio, quando a estimativa era de uma safra de 9.065.031 tonela-

das de grãos neste ano" esclareceu a jornalista do IBGE Bahia. Segundo o órgão, "o aumento na previsão de safra de soja na Bahia se deu em razão de uma

expectativa de crescimento na área plantada, de 1,600 milhão para 1,620 milhão de hectares, na passagem de maio para junho (+1,2%)", Com isso, a produção de soja na Bahia em 2020 (6,027 milhões de toneladas) deve ficar 13,5% maior que a de 2019 (5,309 milhões de toneladas), pontuou Mariana Viveiros.

Tribuna

ANTÔNIO JOSÉ LARANGEIRA

Esta é
Jornal

Exportações

As exportações baianas encerraram o primeiro semestre do ano com um valor de US\$ 3,549 bilhões, o que representa uma queda de 8,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Em junho, as vendas externas do estado alcançaram US\$ 518,8 milhões com redução de 25,6% sobre o mesmo mês de 2019. O enfraquecimento dos resultados em valor no semestre é explicado por uma retração nos preços internacionais de uma série de segmentos da pauta de exportação baiana, por conta da pandemia do novo coronavírus, já que o volume embarcado de produtos (quantum) registrou aumento tanto no semestre (30,8%), ou o equivalente a 6,695 milhões de toneladas, quanto no mês de

junho (12,3%), totalizando 1,062 milhão de toneladas. As informações foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan).

Data de Dimas

Esteve em data aniversária, o jornalista e crítico de cinema Dimas Oliveira, um dos mais acreditados comunicadores da mídia impressa e redes sociais de Feira de Santana. Comemorou o evento ao lado de sua esposa Doralice, filhos e netos em sua residência.

Nat de Izabel

Vai ser cumprimentada amanhã, por está em b-day, a senhora Maria Izabel Ja-

worski, com um jantar em família ao lado do seu marido empresário Alexis Jaworski. É um das figuras mais queridas da sociedade feirense.

Negócio

Começar um negócio durante a pandemia tem se provado um desafio para empreendedores de todo país. Mesmo diante da taxa de 10 milhões de pequenas empresas que interromperam suas atividades temporariamente, segundo pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), há

empreendedores que viram na crise, a oportunidade de crescer financeiramente. Esse é o caso de Andrey do Nascimento Cerqueira, 21, e Amanda Rodrigues da Silva, de 18 anos. Juntos há mais

de 3 anos, a ideia para um negócio só veio surgir em 16 de maio; aproximadamente 2 meses após decretada a situação de pandemia global pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O CRÍTICO
de cinema
Dimas
Oliveira,
comemorando
idade nova.
Ladeado por
sua Doralice.



Tribuna da Bahia

Rua Djalma Dutra 121, Sete Portas Salvador Bahia - CEP 40.255-000

FUNDADOR: ELMANO SILVEIRA

Tribuna

Campos Neto aponta dados mais favoráveis para varejo e indústria

REUTERS

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, exibiu em apresentação ontem dados que seguem apontando melhora, no início de julho, nas vendas do varejo e um impacto menos negativo para a indústria em meio à crise com o coronavírus. Em apresentação divulgada pela assessoria de imprensa por ocasião de reunião com embai-

xadores da União Europeia, Campos Neto usou gráfico de vendas no varejo apontando crescimento para bens não duráveis no período de 28 de junho até 4 de julho —o que não havia ocorrido até aqui.

As vendas no varejo do Brasil registraram aumento recorde em maio com menor impacto do isolamento social, mas recuperou apenas parte das perdas dos dois meses anteriores devi-

do às restrições para combater ao coronavírus. Em maio, as vendas varejistas subiram 13,9% na comparação com o mês anterior, melhor taxa desde o início da série histórica em janeiro de 2000. O resultado positivo se dá depois de perda recorde de 16,3% em abril, após queda de 2,8% em março. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve perda de 7,2%, terceira taxa negativa consecutiva.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 08/07/2020	



EXCLUSIVO: NOVA FÁBRICA DE CERVEJA VAI SER INSTALADA NA BAHIA, COM UM INVESTIMENTO DE R\$ 1,2 BI



admin 8 Julho, 2020

O governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico está em fase final de negociação para a vinda de mais uma grande cervejaria para a cidade de Alagoinhas, que hoje é considerada a capital da cerveja e sede de um dos maiores polos de bebidas do país. Trata-se da Cervejaria Cidade Imperial, de Petrópolis, que produz uma das cervejas mais apreciadas do país e pretende investir R\$ 1,2 bilhão na construção de uma fábrica de cerveja, cerveja puro-malte, energéticos e outros produtos com a criação de 350 empregos.

O secretário e vice-governador João Leão está empenhado em fortalecer o Polo de Bebidas de Alagoinhas, onde já estão instaladas o grupo Kirin Brasil, comprado pela Heineken, e o grupo Petrópolis, da Cerveja Itaipava, além de várias indústria de refrigerantes.

” Vamos ampliar os investimento no polo de bebidas de Alagoinhas e atrair novos investimentos. Apesar da pandemia, a Bahia segue crescendo, atraindo investimentos e ampliando sua capacidade produtiva. Recentemente, assinamos o protocolo para a reabertura da Fafen que vai dinamizar o setor industrial e o agronegócio e novos

investimentos em vários segmentos estão sendo negociados. A Bahia continua crescendo e gerando emprego para a população”, disse o vice-governador.

A Cervejaria Cidade Imperial sediada em Petrópolis foi fundada em 1997 pelo tetravito de D. Pedro II, Francisco de Orleans e Bragança e é proprietária das Cerveja Império, Cerveja Cidade Imperial e o Energético Dopamina.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 08/07/2020	



CORONAVÍRUS: BAHIA VAI RECEBER MAIS DE R\$ 43 MILHÕES EM RECURSOS FEDERAIS



admin 8 Julho, 2020

O Ministério da Saúde vai ampliar em R\$ 43 milhões os recursos para o custeio de serviços já em funcionamento na Bahia, como as UTIs Covid de hospitais na capital e no interior. O secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boa, se reuniu, nesta quarta-feira (8), com o ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello e os principais secretários do ministério, e também ficou assegurado o envio de novos ventiladores pulmonares e até 500 mil kits de amplificação do RT-PCR, o que corresponde a mais de 70% do custo do exame molecular para Covid19.

De acordo com o secretário, “o Ministério permitirá ainda que os recursos das emendas parlamentares da bancada da Bahia sejam utilizados para comprar equipamentos para montar hospitais, bem como enviarão medicamentos anestésicos para pacientes entubados, que estão escassos em todo o Brasil”, afirma Vilas-Boas.

Os leitos de Terapia Intensiva que serão habilitados pelo Ministério da Saúde estão localizados nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Jequié e Ilhéus. São unidades de referência para o tratamento de pacientes graves com o diagnóstico de coronavírus: Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, Hospital Espanhol, Instituto Couto Maia, Hospital Geral Ernesto Simões Filho, Prohope, Hospital Estadual da Criança, Hospital Costa do Cacau e Hospital Geral Prado Valadares.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/07/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 08 de Julho de 2020 - 18:25

Juazeiro: Sesab contrata 20 novos leitos de UTI para o tratamento da Covid-19



O governo do estado abrirá 20 novos leitos de Terapia Intensiva (UTI) dedicados ao tratamento de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus no Hospital Regional de Juazeiro até o final do mês. Este é o prazo para as obras de adequação que ocorrem na unidade.

Na última segunda-feira (6), a Sesab abriu 10 leitos de UTI e 20 leitos clínicos no Hospital Promatre de Juazeiro, cujo contrato é superior a R\$ 5,4 milhões por seis meses. Apenas em Juazeiro, a Sesab possui 65 leitos entre clínicos e de UTI para Covid-19, custeados inteiramente com recursos estaduais.

Na avaliação do secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, que esteve visitando Juazeiro na última semana, "o governador Rui Costa (PT) tem feito um esforço enorme para ampliar e descentralizar o atendimento aos pacientes mais graves com o diagnóstico positivo para Covid-19 e Juazeiro é um dos polos mais beneficiados", afirma o secretário.

A governo estadual também destinou R\$ 220 mil por mês para a abertura de pronto-atendimentos Covid-19 em toda a Bahia, incluindo Juazeiro. As unidades são voltadas para a classificação, manejo clínico, estabilização do paciente e, caso necessário, regulação para unidades de maior complexidade.

Na última portaria ministerial sobre o tema da pandemia, foram destinados R\$ 7 milhões ao município de Juazeiro, que deverão ser investidos na ampliação da rede assistencial da Covid-19.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/07/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 08 de Julho de 2020 - 18:15

Vilas-Boas confirma aumento do custeio de serviços da saúde em R\$ 43 milhões

O secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, revelou a ampliação em R\$ 43 milhões, do custeio de serviços já em funcionamento no estado, como as UTIs Covid de hospitais na capital e no interior. Nesta quarta-feira (8), o secretário participou em Brasília, de uma reunião com o Ministro da Saúde Eduardo Pazuello e os principais secretários do ministério.

"O Ministério permitirá ainda que os recursos das emendas parlamentares da bancada da Bahia sejam utilizados para comprar equipamentos para montar hospitais", afirmou Vilas-Boas.

Os leitos de Terapia Intensiva que serão habilitados pelo Ministério da Saúde estão localizados nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Jequié e Ilhéus. São unidades de referência para o tratamento de pacientes graves com o diagnóstico de coronavírus: Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, Hospital Espanhol, Instituto Couto Maia, Hospital Geral Ernesto Simões Filho, Prohope, Hospital Estadual da Criança, Hospital Costa do Cacao e Hospital Geral Prado Valadares.

Também ficou assegurado o envio de novos ventiladores pulmonares e até 500 mil kits de amplificação do RT-PCR. "Ainda tivemos em reunião com a secretaria de vigilância da Saúde do ministério. A Bahia vai ter a capacidade de realizar esses testes e vamos ampliar a capacidade de testagem. Discutimos também o fornecimento de medicamentos que estão em falta", comentou o secretário.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Saúde

08/07/2020 18:00

Bahia assegura mais de R\$ 43 milhões em recursos federais para o coronavírus

O secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, conseguiu nesta quarta-feira (8), em Brasília, que o Ministério da Saúde ampliasse em R\$ 43 milhões, o custeio de serviços já em funcionamento no estado, como as UTIs Covid de hospitais na capital e no interior. Na reunião com o ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello e os principais secretários do ministério, também ficou assegurado o envio de novos ventiladores pulmonares e até 500 mil kits de amplificação do RT-PCR, o que corresponde a mais de 70% do custo do exame molecular para Covid19.

De acordo com o secretário, "o Ministério permitirá ainda que os recursos das emendas parlamentares da bancada da Bahia sejam utilizados para comprar equipamentos para montar hospitais, bem como enviarão medicamentos anestésicos para pacientes entubados, que estão escassos em todo o Brasil", afirma Vilas-Boas.

Os leitos de Terapia Intensiva que serão habilitados pelo Ministério da Saúde estão localizados nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Jequié e Ilhéus. São unidades de referência para o tratamento de pacientes graves com o diagnóstico de coronavírus: Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, Hospital Espanhol, Instituto Couto Maia, Hospital Geral Ernesto Simões Filho, Prohope, Hospital Estadual da Criança, Hospital Costa do Cacau e Hospital Geral Prado Valadares.

Também foram realizadas reuniões com os secretários Luiz Duarte (Atenção Especializada à Saúde) e Arnaldo Medeiros (Vigilância em Saúde) ambos do Ministério da Saúde. Os deputados federais Jonga Bacelar e Paulo Magalhães acompanharam as agendas em Brasília.

Fonte: Ascom/ Sesab

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Pesquisa

08/07/2020 10:20

Exportações baianas têm queda de 8,8% no 1º semestre do ano

As exportações baianas encerraram o primeiro semestre do ano com um valor de US\$ 3,549 bilhões, o que representa uma queda de 8,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Em junho, as vendas externas do estado alcançaram US\$ 518,8 milhões com redução de 25,6% sobre o mesmo mês de 2019. O enfraquecimento dos resultados em valor no semestre é explicado por uma retração nos preços internacionais de uma série de segmentos da pauta de exportação baiana, por conta da pandemia do novo coronavírus, já que o volume embarcado de produtos (quantum) registrou aumento tanto no semestre (30,8%), ou o equivalente a 6,695 milhões de toneladas, quanto no mês de junho (12,3%), totalizando 1,062 milhão de toneladas. As informações foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan).

As importações somaram US\$ 2,372 bilhões no semestre com queda de 31,1% comparada a igual período do ano passado. No mês de junho tiveram recuo de 10,7% sobre junho do ano anterior. As quedas acentuadas da demanda interna, por conta do isolamento social e das atividades semiparalisadas, além da forte desvalorização do real, atuaram no semestre para conter as compras externas. No primeiro semestre de 2020, o saldo acumulado pelo estado em sua balança comercial foi de US\$ 1,18 bilhão, 164% superior ao registrado no mesmo período do ano passado.

A retração nos preços médios de exportação do estado chegou a 30,2% no primeiro semestre. Enquanto alguns setores do agronegócio se expandiram como os de soja, algodão, especiarias, fumo e carne de aves, além de derivados de petróleo, minerais, metais preciosos e de máquinas ligadas à produção de energia eólica, os produtos manufaturados como um todo, com exceção deste último, registraram queda de 19%, evidenciando os problemas estruturais de competitividade na exportação desse agregado, que foram agravados pela pandemia que reduziu a demanda internacional e os preços de forma mais expressiva.

No semestre, o que tem segurado o recuo nos embarques, são os setores de soja e algodão, derivados de petróleo, metais preciosos, minerais e equipamentos para indústria eólica. A soja que lidera a pauta no semestre teve alta de 6,5%, de US\$ 569 milhões no primeiro semestre de 2019 para US\$ 606 milhões em igual período deste ano. Com o desempenho, a soja, respondeu por 17% das exportações estaduais. No total, esses seis setores que apresentaram expansão, responderam por mais da metade do valor exportado no primeiro semestre (52,5%). Os embarques de soja, porém, não devem durar muito, porque as maiores quantidades colhidas na safra atual do grão devem ir somente até agosto. De qualquer forma, o bom desempenho do segmento agropecuário e mineral (derivados de petróleo aí incluído), embalado pela recuperação da demanda chinesa, contribuiu para atenuar os impactos na exportação no período que poderiam ser ainda mais negativos.

Mesmo com queda nas exportações totais, os embarques para a China subiram 2% no semestre, para Cingapura (69%), Turquia (365%) e Paquistão (80%), contra igual período de 2019. No período, houve retração de 5,2% das exportações para os Estados Unidos e recuo de 25% para a União Europeia. As vendas para países da América do Sul caíram 36% e para o Mercosul 43%. Para a Ásia, no entanto, o valor das exportações registrou alta de 8,4% no semestre. Com o aumento, a participação dos asiáticos saltou para 53% de todo o valor exportado pela Bahia no período, sendo que 28% só para a China.

Fonte: Ascom/SEI

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Pesquisa

08/07/2020 11:10

Movimentação econômica de Salvador cresceu 9,8% em maio deste ano

Em maio de 2020, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan), avançou 9,8%, frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais.

O resultado exibido neste indicador, em relação a abril de 2020 foi determinado, principalmente, pela baixa base de comparação (-36,1%), e pela aceleração do dinamismo da atividade econômica na capital baiana, sentidas na maioria das variáveis que compõe o indicador, em função das medidas de enfrentamento a Covid-19.

Em sentido oposto, o indicador apontou decréscimo de 41,0%, quando comparado com o mês de maio de 2019, acumulando no ano, queda de 20,7%. Em 12 meses, o índice caiu 8,5%.

Fonte: Ascom/SEI

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painel@grupofolha.com.br

Cardápio

Junior Durski, dono dos restaurantes Madero, afirma que recontrou 130 dos 600 funcionários que havia demitido no início da pandemia, e a estimativa é que os outros voltem no segundo semestre. Segundo o empresário, a rede rescindiu o vínculo trabalhista mas manteve uma doação mensal de R\$ 500 aos demitidos, além de um programa de lives semanais para manter contato com eles, na expectativa de resgatá-los ao retomar o plano de expansão dos restaurantes.

BANHO-MARIA Segundo Durski, os cortes se concentraram nos profissionais que estavam em treinamento, e como a rede está neste momento retomando as inaugurações que estavam suspensas, faz sentido levá-los de volta.

PRATO O empresário diz que o desempenho de julho está em torno de 53% do que seria estimado para o mês em situação normal. Houve prejuízo em março e abril, mas a partir de maio todos os meses registraram lucro, ainda que em patamar mais baixo, afirma.

GARFO Dos 65 novos restaurantes Madero e Jeronimo previstos para este ano, só 20 serão postergados para 2021, quando, segundo ele, há planos para outros 70 pontos da marca Jeronimo. E a abertura de capital da empresa está preparada para abril de 2021.

FAÇA Questionado sobre a saída de Luciano Huck da sociedade nesta semana, o empresário confirma que comprou a parte do apresentador, mas não comenta se houve divergências políticas.

MENU Durski apoia Bolsonaro, a quem Huck se opõe, e critica a quarentena na polêmica declaração de que as montes da pandemia seriam inferiores às da crise econômica.



PROSA

Como não tivemos prejuízo em maio nem junho e tínhamos uma caixa robusta, liberamos o recurso para expansão

Junior Durski
dono do Madero

com Mariana Grazini

INDICADORES



IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Dezrur, em R\$
Até 1.903,98	Isento	142,80
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.750,31	15	354,80
De 3.750,32 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5% a 97,04	713,09 a 14%
Empregador	20%	250,50 a 1.220,21

*O prazo para o período da competência vence em 20.jul para o empregador e a competência, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da competência pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

Disputa no porto de Santos ameaça leilões e mobiliza lobistas

Continuação da pág. A15

Essa reconfiguração do porto de Santos afeta também outras empresas, como a Bandeirantes e a Ecoporto, que têm contratos prestes a vencer. O ministério já sinalizou que pode não haver prorrogação desses casos.

Técnicos do governo afirmam que processo similar deve ocorrer também em Suape (PE). O maior impacto é em Santos, responsável por 28% da corrente de comércio brasileira, com movimentação de mais de 130 milhões de toneladas por ano e crescimento anual de 5% desde 2009.

A Marimex disse que a empresa tenta estender sua concessão no porto desde 2016 sem que seu pedido inicial de renovação fosse apreciado.

O advogado da empresa, José Cardoso Dutra, afirma que o plano de investimentos já tinha sido anteriormente aprovado pela própria Secretaria de Portos e que está em conformidade com o PDZ vigente. "O plano-mestre [diretriz

dada pelo ministério para a elaboração do PDZ de cada porto] nos contemplou. Mas aí mudaram a regra no meio do jogo [um novo PDZ, com a exclusão]. Uma coisa é declarar [a mudança futura do PDZ]. Outra é colocá-la nos autos [para que pudessem recorrer da decisão]."

Dutra informou ainda que, "em nenhum momento" o PDZ foi apresentado antes do prazo do vencimento do contrato. "Por isso, não tínhamos como recorrer. Ao final, nos disseram que não haveria a renovação porque construiriam uma linha ferroviária na área onde fica a Marimex. Essa linha poderia ser feita em outro local, mas não, decidiram tirá-la do porto e deixar na rua 1.200 trabalhadores."

Por meio de sua assessoria, a Marimex disse que, em 2015, venceu o leilão para explorar área com acesso ao cais no porto de Santos, mas o certame foi revogado pelo então Ministério dos Transportes, em 2017. A empresa não de-

“Não é incomum que empresas procurem por parlamentares de seu estado, para convencer sobre demandas de interesse público, como o porto de Santos”
Marimex em nota

talhou os motivos que levaram ao cancelamento.

Sobre o lobby em Brasília, a Marimex informa que contratou uma empresa de representação institucional do advogado Fernando Câmara, que atua, de forma técnica, na busca de agendas com representantes de todos os Poderes em Brasília para que a empresa consiga, "pelo diálogo", resolver sua situação.

"Não é incomum que empresas procurem por parlamentares de seu estado, para conversarem sobre demandas de interesse público, como o porto de Santos", afirma a empresa por nota.

O Ministério de Infraestrutura disse que o governo tentou conceder à Marimex um contrato temporário, de 180 dias, que poderia ser renovado até o início das obras no porto. No entanto, segundo o ministério, a empresa recusou.

A pasta também disse que, ao decidir pela não renovação do contrato, mira o interesse público e que seu direito à não renovação, com base nesse preceito, foi reafirmado pela Justiça.

A Marimex disse não discutir esse direito, mas a forma como a medida foi tomada.

Gov. oferece reforma tributária contra derrubada de veto a desoneração

Ideia tem resistência entre congressistas, que se movimentam para derrotar governo em ponto da MP da redução da jornada

Fábio Pupo, Danielle Brant e Lara Lemos

BRASÍLIA Após Jair Bolsonaro vetar a prorrogação da desoneração da folha para 17 setores até o fim de 2021, o governo não derrubou a decisão tentando emplacar uma nova discussão sobre o tema que poderia incorporar ao menos parte da reforma tributária imaginada pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

O caminho sinalizado pela liderança do governo e pela equipe econômica é oferecer uma medida mais ampla de corte de impostos sobre a folha, sem distinção de segmentos da economia.

Mas a proposta encontra resistência entre os congressistas, que se movimentam para derrotar o governo.

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), disse nesta quarta (8) que o Executivo estuda a possibilidade de encaminhar ao Congresso um novo projeto com a desoneração. "Estamos vendo a economia e vamos conversar com as lideranças. O importante é reconhecer que é possível buscar uma alternativa, um novo projeto. Alguns setores ficaram inviáveis sem desoneração", afirma o senador.

De acordo com Gomes, as conversas iniciais tratam do que seria chamado de uma mini-reforma tributária.

A proposta já foi conversada por Guedes com o senador Simone Tebet (MDB-MS), presidente da CCI (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa.

Segundo a senadora, a ideia é simplificar a parte dos líderes e poderia ter respaldo para uma votação em um período entre 60 e 90 dias.

"Tem jeito de fazer. Unificar os impostos federais, garantir a desoneração da folha com o único imposto, a taxa de lucro e dividendos, o que é justo e tem tido a ver com o período de pós-pandemia."

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que há um trabalho forte en-

tre os deputados para derrubar o veto de Bolsonaro.

"Acho que vai ter muito voto na Câmara, acredito que no Senado também, acho que a matéria vai passar", disse.

"Se estamos tratando de retomada do emprego, você colocar R\$ 10 bilhões de despesa no início do próximo ano no colar de 17 setores da economia [...] Quer dizer, é uma sinalização muito ruim, é uma sinalização que não ajuda nesse processo de retomada."

Uma nova proposta de desoneração contemplaria o desejo de Guedes de cortar tributos sobre a folha de pagamento das empresas.

O ministro declarou nas últimas semanas a líderes e representantes empresariais ser favorável ao tema, mas que o trecho em discussão nesta semana poderia ser contestado legalmente.

O dispositivo sobre a desoneração foi inserido pelo Congresso na MP 936, que estabelece regras para empresas cortarem jornada e salário de funcionários. O trecho dos congressistas prorrogaria o regime de menor tributação de dezembro de 2020 para dezembro de 2021.

O governo vetou a extensão da desoneração após seguir entendimento da equipe econômica, para quem a extensão seria estranha ao objetivo inicial da MP e porque não foram feitas estimativas sobre o impacto fiscal nem apontada a respectiva compensação orçamentária.

Guedes pretende lançar um programa com objetivo declarado de gerar empregos prevendo a desoneração de impostos sobre salários e outras flexibilizações em regras trabalhistas. Ele chega a mencionar o corte total de tributos sobre a folha em um regime emergencial para o pós-Covid.

Um dos entraves na proposta de Guedes, no entanto, é a compensação planejada para abrir mão dessas receitas.

O ministro quer retomar o plano de criar imposto sobre transações digitais (nos moldes da CPMF), ideia que encontra resistência no Congresso.

“Maia rejeitou condicionar uma desoneração à recriação da CPME. ‘Acho que não tem apoio dentro do Parlamento, mas é um direito do governo mandar essa matéria’”
“Ba espero que não seja assim. Não pode o cidadão comum pagar mais uma vez a conta dos desequilíbrios elevados do Estado brasileiro”
“Oferecer a reforma tributária como alternativa é uma ideia contestada também pelas empresas afetadas.”

Cerca de 20 entidades devem entregar um manifesto a líderes na Câmara e no Senado defendendo a derrubada do veto.

O presidente-executivo da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), José Velloso, afirma que o governo não tem como oferecer a reforma tributária na negociação.

Em sua visão, o Executivo nunca apresentou uma proposta real de reforma e o formato pode encontrar entraves pela possível criação de um novo imposto.

"Como não existe a regra exata sobre o imposto e sobre como será a desoneração, não tem como usar isso como moeda de troca", diz Velloso.

Além disso, Velloso defende que o texto vetado prevê o custo do programa ao estipular que, até o devio cíclico, seria usada a estimativa do último ano. Além disso, defende que havia uma compensação para a medida no trecho que aumentava a Cofins em importância.

A desoneração em discussão abrange empresas de 17 setores, entre elas as que atuam no ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de call center e empresas de comunicação (mídia). A Brasscom (Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação) diz que, se o veto não for derrubado, 400 mil postos de trabalho seriam afetados (considerando o volume previsto de cancelamento de contratações e demissões).

Empresário cria programa de 10 mil empregos temporários

Projeto destina R\$ 100 milhões para abertura de vagas de R\$ 1.500 e capacitação

DIAS MELHORES

Eliane Trindade

SÃO PAULO Impedido pela pandemia de fazer um curso para líderes empresariais em Harvard, suspenso após a primeira aula, em março, Bruno Garfinkel, presidente do conselho de administração da Porto Seguro, retornou a São Paulo, onde fez uma espécie de intensivo em home office.

Tal olog se deu conta da extensão da crise sem precedentes, o empresário começou a desenhar uma resposta para além da filantropia e que fizesse sentido para a companhia e para a sociedade.

O resultado foi o lançamento, nesta quarta (8), do programa Meu Porto Seguro, que abre 10 mil vagas para desempregados da era Covid-19, uma legião que chegou a 12 milhões de brasileiros, segundo o IBGE.

Em entrevista à Folha, Garfinkel diz que a ideia é "dar a vara e ensinar a pescar", oferecendo um salário de R\$ 1.500 mensais, com renda principal ou extra, a trabalhadores temporários selecionados para um programa de três meses de capacitação e formação para o mercado de seguros.

"O propósito é ser uma faixa catalisadora, incentivando a contratação de pessoas neste momento em que o emprego é um lugar muito importante para todos", diz Garfinkel, um dos primeiros a aderir ao movimento #nao demita.



Bruno Garfinkel, presidente do conselho da Porto Seguro, que concebeu o plano

Cláudio Gatti/Divulgação

"Esta é uma das maiores crises que o país já enfrentou. Por isso, é essencial que grandes empresas se mobilizem com iniciativas de solidariedade".

Por dois meses e meio, o filho do fundador da seguradora que faturou R\$ 18,3 bilhões em 2019 fez o dever de casa para executar um projeto que corresponde a 10% do lucro líquido da empresa, ou R\$ 100 milhões, valor aprovado pela família e pelo conselho para o projeto de investimento social na crise do coronavírus. O Meu Porto Seguro, que es-

tá aberto a inscrições no site, foi concebido em três frentes: ajudar na renda familiar, formar e educar. O montante será usado como um fundo para gerar 10 mil empregos imediatos. As primeiras contratações devem sair até 3 de agosto.

Por meio de metodologia EAD, de ensino a distância, os selecionados serão inseridos em atividades da empresa. São elegíveis às vagas qualquer pessoa que tenha condições de trabalhar em home office e disponha de celular ou computador com internet.

"Nessa intenção é criar opções para que os brasileiros

em dificuldades possam percorrer novos caminhos em sua jornada pessoal e profissional".

O foco do programa é oferecer oportunidade para os afetados pela crise que estejam fora dos programas assistenciais e emergenciais do governo.

"A ideia é permitir que o desempregado tente uma nova profissão, ao mesmo tempo que recebe socorro para despesas como supermercado".

O típico corretor de seguro, diz, é alguém que quer empreender e tem como principal ativo uma rede de relacionamentos e honestidade. Quando a pandemia passar,

o trabalhador poderá continuar no ramo de seguro, abraçando uma profissão nova.

"Vamos aproximar as pessoas que sobressaíram de corretores parceiros, dando a oportunidade de crescimento no mundo do seguro", diz Roberto Santos, presidente da Porto Seguro, que tem 13 mil funcionários e 36 mil corretores.

Garfinkel e equipes de áreas estratégicas da empresa empreenderam uma maratona diante do desafio logístico de contratar em tempo recorde quase o mesmo número de funcionários permanentes e por um período curto.

O empresário de 42 anos, que já participou de três provas de Iron Man, fala com entusiasmo do trabalho que envolveu a TI, para construção do portal de contratação, a comunicação, para estruturar a divulgação da iniciativa.

A concepção inovadora fomenta ainda a indústria de seguros e a economia em geral, partindo da premissa de oferecer "um porto seguro" para quem perdeu a renda na crise. Uma fórmula que fofo sendo montada a partir de meados de abril, quando Garfinkel avaliava cenários para os negócios e como ir além no esforço de ajudar comunidades vulneráveis, doar respiradores para hospitais e distribuir álcool em gel, primeiras ações da companhia para minimizar os impactos da Covid-19.

"No primeiro dia da crise, minha preocupação era saber se teríamos como pagar as obrigações, se tínhamos caixa para indenizar as famílias de quem fosse morrer e atender quem fosse ser internado".

Como administrador e integrante da família fundadora, era preciso garantir antes que a companhia não quebrasse, assim como manter salários e comissões dos funcionários.

Só então lançou a proposta de subtrair dividendos dos acionistas para um programa de geração de renda na crise. "Sou novo no cargo, acredito em competição e em eficiência, mas a filantropia está na essência da nova família".

Presidente do conselho de administração da Porto Seguro há pouco mais de um ano em substituição ao pai, Jayme Garfinkel, que fundou a companhia, ele aceitou o desafio paterno de fazer mais do que filantropia diante da responsabilidade social da empresa.

A ideia do Meu Porto Seguro, inspirado em post de um desempregado que relatava a perda de sua base de segurança, casou-se com o nome da companhia e com o espírito do programa, que é oferecer um lugar, ainda que transitório, para as pessoas atravessarem a pandemia.

"Fico emocionado com a mensagem que estamos trazendo no nosso manifesto, que é a de que as oportunidades procuram as pessoas em um momento que também nos trará uma série de reflexões, entre elas como todos nós vamos trabalhar daqui para a frente", diz Garfinkel.

A experiência em home office mostrou-se estimulante, com a estruturação de uma solução inovadora em resposta à crise em tempo recorde.

Acostumado a percorrer longas distâncias em corridas, como maratonista, de bike ou em carros, o empresário foi forçado a desacelerar.

Desistiu de provas e viagens previstas para 2020. "Deletaria lista anual de planos que faço no meu bloco de notas", conta, enquanto escrevia novo capítulo pessoal e profissional sem sair de casa, em uma parada forçada por um vírus que dizima vidas e empregos em velocidade.

GRANDES CLÁSSICOS DO CINEMA POR APENAS R\$ 10 CADA

COMPRE E RECEBA SEM SAIR DE CASA

*na compra da coleção completa



COLEÇÃO FOLHA CHARLES CHAPLIN
Box inédito com a obra completa de Chaplin em versão restaurada de todos os filmes e curtas-metragens

COLEÇÃO FOLHA GRANDES DIRETORES NO CINEMA
Filmes de 30 cineastas que transformaram o cinema no último século

COLEÇÃO FOLHA GRANDES ASTROS DO CINEMA
O elenco icônico do cinema reunido em 25 filmes que marcaram gerações

COLEÇÃO FOLHA GRANDES BIOGRAFIAS NO CINEMA
28 cinebiografias de personalidades que influenciaram o pensamento, a arte, a política e a ciência

Disponível em www.folha.com.br/colecoes

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

mercado

Governo escapa relações públicas ambientais contra fuga de investidores

Objetivo é que empresas de comunicação na Ásia, na Europa e nos EUA tenham reduzido desgaste

Gustavo Uribe e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA. Na tentativa de diminuir o desgaste na imagem do Brasil, Jair Bolsonaro escapa de relações públicas no exterior para fazer uma ofensiva de comunicação sobre veículos estrangeiros.

A ideia é tentar evitar uma fuga de investidores estrangeiros durante do crescimento das queimadas.

Em junho, primeiro mês do período de seca, houve aumento de 8,8% no número de focos de incêndio em relação ao mesmo período de 2019.

O movimento tem sido coordenado pela Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) e visa tentar minimizar os danos causados à reputação do país diante do aumento do desmatamento na Amazônia.

Plano será anunciar com peças de publicidade em empresas de relações públicas nos Estados Unidos, na Europa e Ásia, com as quais a Apex mantém contratos. A ideia é que, a partir de agora, os escritórios internacionais trabalhem na área ambiental.

Segundo relatos feitos à Folha, o presidente irá encaminhar à EBC (Empresa Brasil de Comunicação), conglomerado do estatal de comunicação, campanhas publicitárias sobre o esforço do governo federal para reduzir as queimadas na Amazônia.

Os conteúdos produzidos serão distribuídos às empresas de relações públicas, que tentarão replicá-los em veículos de comunicação estrangeiros, sobretudo da União Europeia, onde o governo brasileiro identificou maior abalo da imagem do Brasil.

A avaliação no governo é a de que a percepção no exterior é que a atual gestão não está comprometida com a preservação ambiental, o que hoje seria um entrave para a atração de investimentos e para a promoção de exportações.

As empresas de relações públicas deverão divulgar medidas de proteção ambiental, fazer contatos com a imprensa estrangeira e difundir press-fôtes e comunicados veiculados em veículos estrangeiros.

Embora o presidente da Apex, Sérgio Segura, já tenha colocado a estrutura de relações públicas à disposição, o lançamento da estratégia ainda depende da articulação com o Ministério das Comunicações, responsável pela EBC.

Além de uma ofensiva sobre a imprensa estrangeira, o plano também pretende explorar a temática ambiental em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

Um deles é a exposição universal de Dubai, em setembro, com o Brasil tendo o evento em feiras e eventos internacionais nos quais o Brasil deverá ter participação.

confirmada nesta quarta-feira (8) pela Folha.

Segundo assessores presidenciais, ela ainda está em fase de avaliação e deve ser publicada até o fim do mês.

O decreto é uma das respostas do governo brasileiro a críticas de investidores estrangeiros em relação à atual política ambiental brasileira.

Em carta aberta, empresários que detêm US\$ 3,7 bilhões em ativos administrados ao redor do mundo criticaram a posição do país em relação à floresta amazônica.

O documento gerou preocupação no presidente, que solicitou à equipe ministerial uma reação imediata ao documento.

O plano também identifica reação negativa no exterior à informação de que a Amazônia tem 23% da floresta em terras públicas registradas ilegalmente como propriedade privada.

Como reação, Bolsonaro preparou um pacote de medidas para tentar acalmar investidores estrangeiros. Ele está sob o comando do vice-presidente Michel Temer, coordenador de Conselho Valor Econômico e

para divulgar iniciativas de proteção ambiental e de produção agrícola sustentável, em uma abordagem direcionada a investidores.

Em paralelo, o Ministério do Meio Ambiente prepara um decreto que proíbe por 60 dias a realização de queimadas na floresta amazônica.

A medida, que foi adotada por 60 dias em 2019, visa tentar reduzir o desmatamento na região amazônica durante o período da seca.

O plano também identifica reunião, promovida na terça-feira (7), no Palácio do Planalto, com participação dos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e das Relações Exteriores.

A iniciativa foi revelada pelo jornal Valor Econômico e

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS. RUA GRANDE DO SUL, ESTADO DE SÃO PAULO. VAREM DR. MOACIR FERES Nº 415 - FONE-FAX (11) 3641-0333. EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2020. Edital de Licitação nº 01/2020, para contratação de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2020. Edital de Licitação nº 01/2020, para contratação de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis.

SPDM-ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA HOSPITALAR MUNICIPAL DE BARUERI DR. FRANCISCO MORAN. Edital de Licitação nº 038/2020, para contratação de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA EQUATORIAL ENERGIA S.A. Edital de Licitação nº 01/2020, para contratação de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA EQUATORIAL ENERGIA S.A. Edital de Licitação nº 01/2020, para contratação de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis.

CIDADE DE SÃO PAULO SAÚDE. Edital de Licitação nº 01/2020, para contratação de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA EQUATORIAL ENERGIA S.A. Edital de Licitação nº 01/2020, para contratação de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA EQUATORIAL ENERGIA S.A. Edital de Licitação nº 01/2020, para contratação de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis.

CIDADE DE SÃO PAULO VERDE E MEIO AMBIENTE. Edital de Licitação nº 01/2020, para contratação de serviços de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis.

Veículo: Estadão	
Data: 09.07.2020	Caderno: Economia



Agressividade comercial de Ricardo Nunes deu ao empresário uma vida de lucros

Fundador da Ricardo Eletro chegou a faturar R\$ 5 bi, mas fim da parceria com a Insinuante resultou em pedido de recuperação extrajudicial de R\$ 1,5 bi

Redação, O Estado de S. Paulo

08 de julho de 2020 | 22h57

Ricardo Nunes abriu a primeira loja da **Ricardo Eletro** em 1989, em **Divinópolis, Minas Gerais**. Conhecido pela agressividade comercial, sempre teve sua imagem diretamente associada à rede varejista, seja no próprio nome ou na publicidade: ele mesmo era o garoto-propaganda da companhia.

Há dez anos, o empresário conquistou o seu auge, ao criar a **Máquina de Vendas**, resultante da fusão da sua empresa com a baiana **Insinuante**. À época, com faturamento de **R\$ 5 bilhões**, a nova empresa, com mil lojas, se transformou na segunda maior empresa de eletroeletrônicos e móveis do **País**, ficando atrás apenas da gigante formada pela união de **Pão de Açúcar, Ponto Frio** e **Casas Bahia**.

Mais tarde, a empresa teve dificuldades para fazer a integração de suas bandeiras – além da **Insinuante** e Ricardo Eletro, era dona das redes **City Lar, Salfer** e **Eletro Shopping** – e foi perdendo espaço para os rivais.

Em 2017, em função de desgastes entre o mineiro e **Luiz Carlos Batista**, fundador da Insinuante, a sociedade foi desfeita. Enquanto Ricardo Nunes defendia expansão a qualquer custo, o sócio baiano queria preservar margem de

lucro. A empresa já havia reduzido o número de lojas para **650**.

Em 2018, após um aporte da **Starboard**, especializada em reestruturação em empresas com problemas financeiros, a empresa entrou em recuperação extrajudicial, para renegociação de **R\$ 1,5 bilhão** com fornecedores.

O GLOBO

MÍRIAM
LEITÃO

oglobo.com.br/economia/miriamleitao
 miriamleitao@oglobo.com.br
 Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



História que os números contam

Os números da economia já divulgados sobre o mês de maio vieram melhores do que o esperado e devem ser comemorados. Mas ainda é cedo para indicar que o país terá uma recuperação sustentada, porque os indicadores estão sendo turbinados pelas políticas de estímulo do governo, que têm prazo de validade para acabar. O próximo dado será sobre o setor de serviços, e a impressão dos economistas é que com esses números eles vão rever a projeção da queda do PIB no segundo trimestre, reduzindo a dimensão do tombo em relação ao inicialmente previsto.

Ontem saiu uma coleção de indicadores.

Além dos dados do varejo, as informações da safra e da produção industrial por região. A colheita de junho permitiu rever para cima a estimativa agrícola em 2,5%. A produção industrial, conforme dado divulgado na semana passada, subiu 7% em maio, e a informação de ontem do IBGE foi de que ela subiu em 12 das 15 regiões pesquisadas. No Paraná, a alta chegou a 24%. Houve três estados em que caíram, o pior deles foi o Espírito Santo, -7,8%.

Cada número tem o seu avesso, principalmente neste momento em que o país está atravessando uma estrada cheia de altos e baixos. Então o crescimento de quase 14% do varejo de maio sobre abril só pode ser entendido se for completado com o fato de que comparado a maio do ano passado a queda foi de 7,2%. No varejo ampliado, em que entram os carros e material de construção, a alta foi de 19,6%, mas ficou 14,9% menor do que no mesmo mês de 2019. Houve saltos enormes, como nas vendas de tecidos, vestuário e calçados, que aumentaram 100% em maio na comparação com abril, mas quando comparadas a maio do ano passado a redução é de 62%.

A história que todos esses números contam é que ainda é temporada de dados desencontrados. O país está longe de poder comemorar a retomada das atividades, porque a pandemia ainda não foi controlada e isso vai afetar

diversos setores, especialmente os serviços. Mas ao fim e ao cabo este será um ano da maior recessão da nossa história. No meio do caminho, vamos ter números negativos e positivos. Às vezes ao mesmo tempo, como em maio: é a maior alta em um mês sobre mês anterior da série, mas no ano o acumulado negativo aumentou de 3,1% para 3,9%. Estamos neste momento olhando pelo espelho retrovisor os números do pior trimestre. E pelo visto até agora quem imaginava uma queda de dois dígitos do PIB trimestral está atenuando a dimensão desse encolhimento, que, contudo, será muito forte.

Os próximos meses trarão números contraditórios. Teme-se, por exemplo, o que acontecerá no mercado de trabalho. O governo costuma dizer que pou-pou 10 milhões de empregos, mas na verdade as medidas que reduziram o salário e a jornada, ou suspenderam o contrato, evitaram sim muitas demissões, mas temporariamente. A ideia é que fossem uma ponte para um momento de economia mais forte. Só que as políticas de crédito para manter as empresas com capital de giro ou com capacidade de re-tomar as atividades estão falhando, em gran-

de parte, e esse é o maior risco que a economia real enfrenta neste momento.

O auxílio emergencial salvou o orçamento de milhões de famílias e explica parte da alta das vendas de maio. Já houve esse mesmo fenômeno, com dimensões menores, quando o governo liberou saques do FGTS. A atividade mostrou sinais de reação, mas depois perdeu potência. A grande dificuldade desta crise é que todos os entes da economia, família, empresas e as três esferas de governo, sairão muito endividados. Por isso, é cedo para dizer que o pior momento da recessão já passou.

O Iedi apontou que o comércio está 7,3% abaixo do nível de fevereiro, antes do início da pandemia. No conceito ampliado, a diferença é de -15,1%. O banco UBS avisou que vai melhorar a projeção para o PIB do segundo trimestre, mas de -13,5% para -11,5%. Ou seja, o recuo ainda permanecerá muito forte. E no terceiro trimestre espera-se uma recuperação parcial, em torno de 5%.

A história que os números contam é que a economia entrou em queda livre em abril, recuperou-se um pouco em maio, mas ainda está muito atrás de onde estava antes da crise. E a atividade já não estava bem. Conta também que a injeção dos recursos do auxílio emergencial, e outros benefícios que foram liberados, ajudaram as famílias e o consumo.

Vendas do comércio superam expectativas e sobem 13,9% em maio

Depois do mergulho de abril, varejo tem o maior crescimento em mais de 20 anos e reforça tese de que o pior já passou

PEDRO CAPETTI
 pedro.capetti@infoglobo.com.br

Em mais um sinal de recuperação da economia, as vendas do comércio varejista subiram 13,9% em maio frente ao mês anterior, a maior alta desde 2000, quando teve início a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE. Mesmo considerando que o crescimento se deu em relação a abril, mês com o pior resultado da série histórica (-16,3%), o número surpreendeu positivamente. O mercado esperava uma expansão em torno de 5,7%, segundo o Valor Data.

Para economistas, os efeitos da pandemia ainda seguem impactando o varejo, mas os dados divulgados ontem indicam que o pior já passou. Entre as empresas ouvidas pelo IBGE, 18,1%

relataram impacto em suas receitas em maio. Em abril, essa taxa era de 28,1%. Todos os oito setores contemplados pela pesquisa tiveram alta de vendas.

— O pior mês foi efetivamente abril. Dá para dizer que o pior mês já passou — ressaltou Cristiano Santos, gerente da Pesquisa Mensal de Comércio, do IBGE.

Os primeiros indicadores de junho também mostraram reaquecimento econômico. As montadoras mais que dobraram a produção de veículos na comparação com maio, e a Receita Federal constatou aumento de 10,3% nas vendas gerais ao consumidor, frente a junho de 2019.

Além da base de comparação, a reabertura das empresas em algumas localidades, a liberação do auxílio emergencial e a antecipação do déci-

mo terceiro salário de aposentados ajudaram a impulsionar o comércio em maio.

Mas o setor ainda segue distante do nível pré-pandemia. Frente a maio de 2019, as vendas caíram 7,2%, ainda assim menor do que a perda de 17,1% em abril. Nesta comparação, apenas os supermercados têm desempenho positivo.

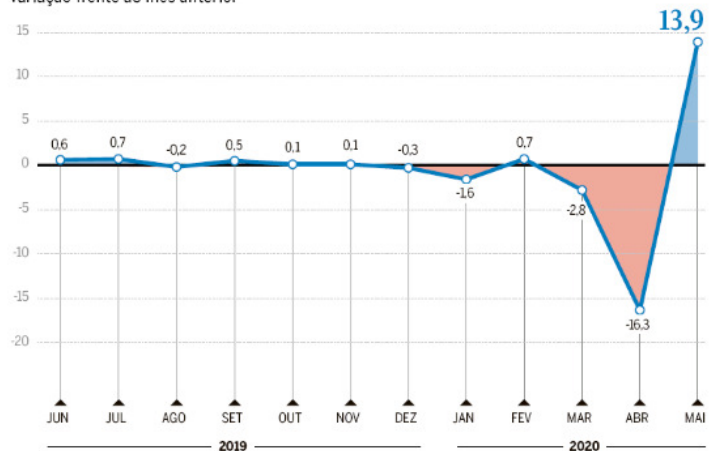
INCERTEZAS

A dúvida, segundo economistas, é se a alta nas vendas vai se sustentar nos próximos meses, sobretudo diante da perspectiva de piora no mercado de trabalho. A retomada sustentável do comércio, assim como de outros setores, vai depender do controle da pandemia e da necessidade ou não de isolamento social.

— Não sabemos como a economia vai reagir com a pandemia se houver uma se-

VOLUME DE VENDAS NO VAREJO (EM %)

Variação frente ao mês anterior



Fonte: IBGE

Editoria de Arte

Dólar fecha em queda, a R\$ 5,34

> Diante de um resultado positivo das vendas do comércio brasileiro em maio, o dólar comercial fechou ontem em queda frente ao real. A moeda americana encerrou com retração de 0,63%, valendo R\$ 5,349.

> Também contribuiu para o recuo da divisa americana a expectativa de mais um pacote de estímulo econômico

nos EUA, estimado em US\$ 1 trilhão, que a Casa Branca quer aprovar em agosto.

> No mercado acionário, o dia foi de ganhos. O Ibovespa (índice de referência da Bolsa de São Paulo) subiu 2,05%, aos 99.769 pontos. Em Nova York, o dia também foi positivo. Dow Jones e S&P avançaram, respectivamente, 0,68% e 0,78%.

gunda onda. Com a flexibilização da quarentena, talvez a gente consiga uma recuperação, mas será difícil voltar ao período pré-pandemia sem um incentivo extra — ressaltou Rodolfo Tobler, economista da FGV/Ibre.

Ontem, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, exibiu dados que apontam melhora, no início de julho, nas vendas do varejo e impacto menor para a indústria. Ele repetiu que dados preliminares indicam alguma recuperação no varejo, exceto para serviços.

Veículo: O Globo	Coluna: Economia
Data: 08/07/2020	



FGTS pode perder R\$ 43 bi com medidas de estímulo e rever orçamento para habitação e saneamento

Saque emergencial e suspensão de recolhimentos estão entre os programas adotados para combater pandemia com impacto no Fundo

Geralda Doca

09/07/2020 - 04:30 / Atualizado em 09/07/2020 - 08:01

BRASÍLIA - O uso dos recursos do FGTS para estimular a economia, como a [ampliação dos saques](#) e as medidas para conter a crise causada pela pandemia, terão impacto de R\$ 43 bilhões no Fundo dos trabalhadores em 2020.

Diante do quadro, o Conselho Curador do FGTS já trabalha com a necessidade de reduzir o orçamento para as áreas de habitação e [saneamento básico](#) em 2021. O orçamento global deste ano está projetado em R\$ 77 bilhões.

Além disso, o Conselho passou a vigiar de perto as pressões do Executivo e do Congresso sobre o FGTS. Técnicos do Departamento do FGTS, ligado ao Ministério da Economia, foram pegos de surpresa na tramitação da medida provisória de socorro às empresas aéreas na Câmara dos Deputados, que abriu a possibilidade especial de saque para os trabalhadores do setor.

O projeto de lei que [suspende o pagamento das prestações](#) da casa própria com recursos do FGTS durante a pandemia, é outro motivo de preocupação. A proposta tem pedido de urgência na Câmara.

O FGTS é a principal fonte de financiamento da habitação de baixa renda no país e das obras de saneamento básico de prefeituras e estados, além de projetos de infraestrutura e mobilidade urbana.

Segundo a representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no Conselho Curador do FGTS, Maria Henriqueta Arantes, uma redução no orçamento do FGTS tem efeitos proporcionais nos investimentos em habitação para a baixa renda, saneamento e obras de mobilidade urbana.

Ela lembra que, por lei, 60% dos recursos do Fundo são aplicados em habitação de interesse social e o restante é dividido entre as outras duas áreas, de acordo com diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Investimento em cadeia

Apesar da crise na economia, as operações com recursos do FGTS para habitação, sobretudo no programa Minha Casa Minha Vida, e para saneamento estão acima do registrado no ano passado, segundo dados da Caixa Econômica Federal, agente financeiro do Fundo.

No caso do saneamento, dos R\$ 4 bilhões previstos, R\$ 2,865 bilhões foram emprestados ou estão em fase de contratação.

Para Henriqueta, o país vai continuar dependendo do FGTS para alavancar projetos de saneamento até que o novo marco regulatório do setor, aprovado recentemente pelo Congresso, ganhe fôlego — o que, segundo especialistas, só deve ocorrer a partir de 2023.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (Cbic), José Carlos Martins, diz que reduzir o orçamento de habitação e saneamento em 2021 obrigaria o setor da construção a pisar no freio no momento de retomada da economia:

— O Brasil precisa decidir se quer gerar emprego. O recurso investido na construção civil irriga 97 “torneirinhas”, que são os setores envolvidos na cadeia.

O orçamento do FGTS para 2020, de R\$ 77,9 bilhões, tem R\$ 65,5 bilhões destinados à habitação para famílias de baixa renda, que estão mantidos por enquanto. Para isso, será preciso fazer realocação de verbas de áreas com ritmo menor de contratações.

Dados do Conselho Curador mostram ainda que o FGTS tem cerca de R\$ 80 bilhões aplicados em títulos do Tesouro Nacional — o que permite cobrir a necessidade mais imediata por recursos.

O uso do dinheiro do trabalhador para ajudar o governo a impulsionar a economia tomou forma em 2016, quando o ex-presidente Michel Temer anunciou o saque emergencial das contas inativas.

Já em meados do ano passado, o atual governo autorizou um novo saque de contas ativas e inativas. Agora, está em marcha uma nova rodada de retirada, de até R\$ 1.045 por trabalhador. Há ainda uma nova modalidade de acesso aos recursos, que acontece na data de aniversário do trabalhador.

Mais saques com demissões

O economista Claudio Frischtak, da Inter B Consultoria, defende que o papel do FGTS seja repensado porque o “cobertor é curto”, e o país vai sair da crise mais fragilizado do ponto de vista fiscal.

— Os governos têm recorrido ao FGTS para turbinar a economia, e acredito que as retiradas tenham ajudado um pouco. Mas não existe bala de prata sobre o uso adequado dos recursos, e a solução precisa passar pelo Congresso.

O aumento dos saques devido a demissões agrava o quadro de redução de recursos no Fundo. Com a crise econômica provocada pela pandemia, houve um salto. Em janeiro, foram R\$ 5,7 bilhões; já em maio, R\$ 9,6 bilhões.

Procurado, o Ministério da Economia, que dirige o Conselho Curador, confirmou que existem vários fatores com potencial para impactar o FGTS:

“São alterações normativas, decisões judiciais e mudanças rápidas na dinâmica do mercado de trabalho que trazem incertezas ao Fundo. Não é possível definir valor exato do impacto conjunto dessas variáveis, pois muitas ainda estão indefinidas e em discussão”, disse o ministério, em nota.

Alguns impactos no FGTS

- **R\$ 37,8 bilhões.** Com o saque emergencial de até R\$ 1.045 este ano. Neste caso, há, no entanto, uma compensação pela incorporação do extinto fundo PIS/Pasep, no montante de R\$ 22 bilhões.
- **R\$ 10,9 bilhões.** Com a suspensão do recolhimento da contribuição das empresas ao FGTS nos meses de março, abril e maio.
- **R\$ 9,4 bilhões.** Com a nova modalidade de saque da conta do FGTS no mês de aniversário do trabalhador.
- **R\$ 3 bilhões.** Com a suspensão, por 120 dias, a partir de julho, do pagamento das prestações dos financiamentos com recursos do FGTS e do repasse que a Caixa deveria fazer ao Fundo durante o período.
- **R\$ 2,3 bilhões.** Com os acordos de suspensão de contrato de trabalho e redução de jornada e salário.
- **R\$ 580 milhões.** Com o saque das cotas do Pis/Pasep.
- **R\$ 490 milhões.** Com a permissão para que companhias de saneamento suspendam o pagamento dos financiamentos até outubro.
- **R\$ 360 milhões.** Com o projeto que traz [alívio para as companhias aéreas](#), que inclui a possibilidade de saque especial para os trabalhadores do setor no valor de até R\$ 3.135.
- **R\$ 55 milhões.** Com a permissão da suspensão de pagamentos relativos a financiamentos para o programa Pró-Transporte.

Concessão da Cedae está mantida, diz BNDES

BNDES mantém confiança na continuidade do processo de concessão da Cedae apesar de judicialização do município do Rio

Por Francisco Góes e Rafael Rosas — Do Rio

09/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Abrahão, do BNDES: objetivo é abrir infraestrutura para investidores privados depois de um processo 'perverso' marcado pelo oligopólio de empreiteiras — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai continuar com o processo de concessão da Companhia Estadual de Água e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), apesar dos questionamentos do município do Rio. “A judicialização [da Cedae] vai contra a geração de 45 mil postos de trabalho [resultantes da concessão], vai contra a despoluição da Bacia do Guandu e da Baía de Guanabara e das nossas praias. É algo que temos dificuldade de entender, é uma visão fiscalista, da realidade fiscal do município [do Rio]. O banco está preparado a seguir com o processo uma vez que as externalidades do modelo proposto pelo BNDES são evidentes”, disse Abrahão, ontem, na Live do **Valor**.

Responsável pela modelagem da Cedae, o banco vem trabalhando para fazer o leilão da companhia no quarto trimestre de 2020, o que é viável, segundo Abrahão, tanto do ponto de vista técnico como dos investidores. A agenda política, porém, pode fazer com que o processo fique para 2021.

Em junho, o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, entrou com ação na Justiça para tentar barrar o processo licitatório da Cedae. O governador Wilson Witzel, interessado na concessão, enfrenta, por sua vez, uma crise política no Estado depois das denúncias de suposta corrupção em contratos de combate à covid-19 no Rio de Janeiro.

A Cedae é a maior concessão de infraestrutura prevista no país, envolve distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, e prevê investimentos de R\$ 33,5 bilhões ao longo do período da exploração pela iniciativa privada. No processo, o BNDES presta serviço ao Estado do Rio, fazendo a modelagem, por meio de contrato que foi celebrado entre as partes em 2017.

Portfólio de projetos do BNDES

PPPs e concessões em estruturação

Projetos	Investimento (R\$ milhões)
Infraestrutura social	59.572
Iluminação pública	1.522
Infraestrutura hídrica	1.500
Saneamento	54.776
Saúde	108
Segurança pública	1.366

Parques naturais	300
Infraestrutura econômica	128.487
Portos	6.800
Rodovias	121.250
Serviços não financeiros	437
Total geral	188.059

Fonte: BNDES

Abrahão reiterou ontem que a Cedae é um dos projetos mais adiantados na carteira de saneamento do BNDES, formada por oito empreendimentos que somam R\$ 53 bilhões em investimentos ao longo das concessões. O valor também considera projetos de Parcerias Público Privadas (PPPs). No portfólio do banco (*ver tabela ao lado*), o investimento em saneamento é maior, de R\$ 54,7 bilhões, mas ontem Abrahão falou em R\$ 53 bilhões. A diferença é resultante de ajustes feitos na carteira.

Os projetos de saneamento em modelagem no BNDES devem incorporar aos contratos elementos do novo marco regulatório do setor, disse Abrahão. Ele elogiou o novo marco pois considera que traz avanços importantes.

O saneamento é uma das áreas nas quais o banco trabalha na infraestrutura. Mas há outros setores, incluindo logística de transportes e infraestrutura social, que levam o valor total de investimentos na carteira para R\$ 188 bilhões. Parte desse montante, nas contas do BNDES, será aportado diretamente pelos concessionários como capital (equity) nos projetos. Outra parcela será financiada pelo BNDES e por outros bancos. “Temos condição de financiar os projetos, mas queremos atrair outros agentes financiadores”, disse Abrahão.

O objetivo do banco, segundo ele, é “abrir a infraestrutura” ao investimento privado estrangeiro. “Queremos abrir para ter competição para beneficiar o consumidor e o pagador de impostos”, afirmou. Ele avaliou que em alguns setores, como saneamento e rodovias, o número de companhias privadas atuando no país ainda é pequeno. “No saneamento tem companhias privadas, mas são poucas. No setor de rodovias, tirando aquelas em dificuldades, cinco empresas têm mais de 60% da

malha”, disse Abrahão. Ele informou que o banco trabalha na modelagem de 16 mil quilômetros de rodovias. “E o número vai aumentar”, afirmou.

Na live, espectadores questionaram Abrahão sobre como é possível evitar que a ineficiência do setor público no saneamento se repita também na atuação de empresas privadas. Para ele, a solução para esse problema está em uma boa modelagem dos projetos de concessão. Ele aproveitou a deixa para dizer que problemas de concessão que o Brasil enfrentou nos últimos 15 anos foram resultado de modelagens mal feitas. Citou dois exemplos. O primeiro foi o do aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), cuja situação, segundo ele, é “complexa”, resultante de uma concepção “mal feita”, com descasamento entre investimentos e demanda. Citou ainda a BR-163, cuja modelagem também teria problemas de origem. E defendeu: “A melhor prevenção é modelagem que se reflita nos contratos.”

Na visão dele, o Brasil passou por um processo “perverso” marcado por um oligopólio de empreiteiras, de um lado, e um monopólio estatal, de outro. “Dois tipos de corporações”, disse. Essa situação resultou, segundo ele, em projetos de infraestrutura mal concebidos, “impossíveis de ficar de pé”. “Hoje tentamos exumar esses ‘cadáveres’ e resolver o problema, em uma iniciativa que envolve o Ministério da Economia, o Ministério da Infraestrutura e que conta com a participação do BNDES”, disse Abrahão.

Ele também falou de mecanismos para mitigar o risco dos investidores. Citou a possibilidade de se usar instrumentos de “outorga variável” e disse que os reajustes tarifários atrelados ao IPCA podem ser eficientes a longo prazo. A preocupação com a variação cambial é mais de curto prazo, observou, e está atrelada a pagamentos de dívida. “Estamos estudando a formação de fundos que possam comprar parte desse risco”, afirmou Abrahão.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

Empresário acompanhou reestruturação da rede

Nunes foi investigado por corrupção ativa em 2010

Por **Adriana Mattos** — De São Paulo

09/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A prisão de Ricardo Nunes, um dos fundadores da Máquina de Vendas, dona da Ricardo Eletro, ocorre dois anos após a Starboard, empresa especializada em reestruturação, entrar na empresa, e poucos meses após a saída do empresário da sociedade, apurou o **Valor**.

Considerado uma espécie de “garoto-propaganda” da rede pela sua atuação em campanhas na TV, Nunes era uma figura muito atuante na varejista na área de vendas, mas fontes afirmam que ele foi perdendo terreno após a crise financeira que afetou a companhia a partir de 2017. Em 2010, Nunes foi investigado de corrupção ativa de um fiscal em São Paulo.

O empresário deixou a presidência e se desfez de sua posição na Máquina de Vendas no fim de 2019, mas esteve ao lado do atual comando durante toda a recente reestruturação do grupo, que levou a empresa à recuperação extrajudicial homologada pela Justiça há um ano e meio. Nunes liderava a empresa ao lado de Pedro Magalhães, atual diretor financeiro da rede, com mandando de busca em aberto e considerado foragido.

Hoje, a Starboard afirma que Nunes não é mais acionista ou diretor, apesar de, em rede social, o empresário informar ontem em seu perfil ser o presidente da Ricardo Eletro. Pedro Bianchi, ex sócio da Starboard, é o CEO desde fevereiro.

Em 2018, a Starboard Restructuring Partners, especializada em recuperar companhias em dificuldades, negociou assumir a gestão e buscou um acordo com credores da varejista de eletroeletrônicos - com dívidas de R\$ 1,5 bilhão com bancos e de R\$ 1 bilhão com fornecedores.

Ao fim de 2018, com o acordo de recuperação extrajudicial já negociado, a Starboard passou a ter debêntures conversíveis em ações da holding da rede, a MV Participações, que equivalem ao controle da MV. Bancos credores da empresa também têm dívidas conversíveis em ações da rede. Ambos podem exercer esse direito em 2023. Essas debêntures conversíveis representam 72,5% da holding da Máquina de Vendas. A Starboard ainda passou a gerir o fundo de investimento com ações da empresa dadas como garantia aos bancos.

Na época, Nunes já havia saído da diretoria, mas era membro do conselho de administração, com 25% das ações. Apesar de ocupar cargo apenas no conselho, Nunes chegou a frequentar o escritório central da companhia, em São Paulo, até o início deste ano, dizem duas fontes ouvidas.

Desde 2011, a empresa teve três presidentes e no começo deste ano, passou por uma última troca, com a saída do executivo Luiz Wan Dall, que ficou apenas um ano e meio no cargo, apurou o **Valor**. A varejista chegou a atingir vendas de R\$ 7 bilhões em 2015, mas a recessão que afetou o setor e o aumento no endividamento atrapalhou os planos de crescimento. A projeção era atingir R\$ 3 bilhões em vendas em 2019.

As recentes trocas na presidência ocorreram em paralelo a mudanças na sociedade.

A principal foi a saída de Luiz Carlos Batista, fundador da rede Insinuante, na época a mais tradicional varejista de eletrônicos do Nordeste. Batista se uniu à Nunes para formar a Máquina de Vendas em 2009, com o plano de criar uma grande consolidadora do setor. Com 1,2 mil lojas na carteira em 2015, o projeto não avançou - a varejista soma hoje cerca de 450 unidades no país.

Os empresários se desentenderam anos atrás e se afastaram após 2017. Divergiam sobre como integrar os negócios e também em relação à própria divisão acionária

da companhia, segundo fontes. Os dois sempre negaram problemas. A crise financeira da rede acabou aprofundando os desgastes entre eles, apurou o **Valor**.

Ainda quando eram sócios, em 2011, Nunes esteve envolvido numa investigação quando liderava a Ricardo Eletro. A Justiça Federal condenou Nunes a 3 anos e 4 meses de prisão por corrupção ativa. Na época, a defesa de Nunes recorreu ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Segundo denúncia da Procuradoria da República, Nunes teria pago propina em 2010 a um auditor fiscal da Receita para que a Ricardo Eletro não sofresse uma autuação.

Na época, a defesa do empresário dizia que ele era “vítima de extorsão” pelo fiscal federal. O funcionário público foi preso em flagrante em 2010 ao sair de uma das lojas da Ricardo Eletro com R\$ 60 mil recebidos da empresa, disse a polícia na época.

A denúncia foi apresentada à Justiça em 5 de novembro de 2010 pelo Ministério Público Federal, que acusou Nunes e o fiscal Einar Albuquerque de terem cometido os delitos de corrupção ativa e corrupção passiva, respectivamente.

Ao **Valor**, em entrevista em 2018, quando questionado a respeito, Nunes disse que a questão havia sido “resolvida” e que não havia mais investigação envolvendo o seu nome. O processo correu em sigilo.

A Máquina de Vendas busca há alguns anos voltar a crescer. Hoje, a receita tem sido afetada pelo fechamento temporário de lojas do grupo em áreas em que atua mais fortemente, como Minas Gerais, onde houve alta recente no contágio da covid-19.

Com operação on-line menos representativa nas vendas do que as líderes do setor, a varejista vinha buscando vendas por meio do “marketplace” (shopping virtual), mas com limitação de catálogo de produtos, fornecidos pela indústria. Fornecedores têm dívidas renegociadas com a empresa no plano de recuperação.

Em recente entrevista ao **Valor**, a companhia disse, antes da pandemia da covid-19, que a projeção para o segundo semestre de 2019 era atingir um lucro operacional de R\$ 70 milhões, mas o fechamento do ano ainda seria no vermelho. O prejuízo

Ex-ministros da Fazenda e ex-BCs pedem retomada sustentável

Grupo elabora documento para sugerir que a recuperação no pós-pandemia seja sustentável e no caminho da descarbonização

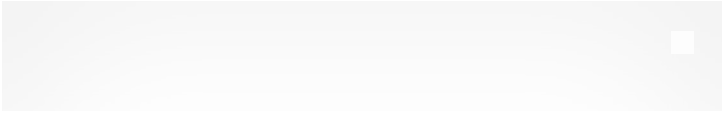
Por Daniela Chiaretti — De São Paulo

09/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Em iniciativa inédita, um grupo de ex-ministros da Fazenda e presidentes do Banco Central brasileiros se uniram na elaboração de um documento para sugerir que a retomada da economia brasileira no pós-pandemia seja sustentável e no caminho da descarbonização.

Aderiram à iniciativa Armínio Fraga, Eduardo Guardia, Henrique Meirelles, Ilan Goldfajn, Joaquim Levy, Mailson da Nóbrega, Persio Arida, Rubens Ricupero, Marcilio Marques Moreira, Nelson Barbosa e Gustavo Loyola, entre outros. A ex-ministra Zélia Cardoso de Mello também deve se juntar ao movimento.

A carta "Convergência pelo Brasil" será divulgada na terça-feira e é dirigida à sociedade. A intenção é promover o debate da descarbonização da economia brasileira.



“Este é ponto central no documento, além da promoção da economia circular”, diz Gustavo Tosello Pinheiro, coordenador do projeto e do portfólio de economia de baixo carbono do Instituto Clima e Sociedade (iCS). O documento deve ter quatro páginas e “trazer a mudança do clima como grande fator potencial de geração de choques sistêmicos”, continua Pinheiro. A iniciativa foi coordenada pelo iCS e pelo Instituto Mundo que Queremos, agência de comunicação com foco em mudanças sociais.

Mailson da Nóbrega, ministro da Fazenda do governo de José Sarney, lembrou, em material de produção do manifesto a que o **Valor** teve acesso, que o Brasil sairá da pandemia “mais empobrecido, mais desigual, mais fragilizado economicamente e muito mais endividado”. Ele questiona: “Como se dará a recuperação da economia?”

O ex-presidente do Banco Central Persio Arida, um dos idealizadores do Plano Real, é um conhecedor das negociações internacionais que culminaram no Acordo de Paris, em 2015, mas acredita que mecanismos de preço para reduzir as emissões de carbono são mais eficientes e rápidos para impulsionar a transição econômica.

Nelson Barbosa, ministro da Fazenda do governo de Dilma Rousseff, lembra que o tema ambiental “já faz parte da política econômica nos principais países do mundo há algum tempo”. Completa: “E tem sido utilizado como critério para definir políticas de investimento, industriais, de desenvolvimento urbano. No Brasil, contudo, ainda é incipiente.” Henrique Meirelles, por seu turno, diz que “o problema da crise econômica decorrente da questão climática, não é um risco eventual. Está acontecendo.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Esta mulher conta como você pode ganhar dinheiro
DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | SLOTO MANIA APP

LINK PATROCINADO

Simples receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania
DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | HOUSE OF FUN APP

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Azul anuncia venda de sua participação na TAP ao governo português

VALOR INVESTE

Bolsonaro sanciona lei que torna obrigatório o uso de máscara

VALOR INVESTE

Resistência no Congresso segura indicação de Bolsonaro para o MEC

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Gol reporta vendas brutas de R\$ 658 milhões em junho

A empresa operou 120 voos por dia durante o mês; taxa média de ocupação foi de 77%



09/07/2020 10:17 — Em Empresas

OMS cria comissão independente para analisar resposta à covid-19

Uma ex-premiê da Nova Zelândia e uma vencedora do Prêmio Nobel da Paz concordaram em comandar os trabalhos



09/07/2020 10:10 — Em Mundo

Queda na demanda por aviões derruba receita da Rolls-Royce

A unidade de aviação civil registrou forte queda na demanda no primeiro semestre do ano com a pandemia do novo coronavírus



09/07/2020 10:07 — Em Empresas

Dólar cai abaixo de R\$ 5,30 após dado dos EUA; juros futuros mantêm alta

Percepção de que ciclo de afrouxamento monetário no Brasil pode ter chegado ao fim também colabora para queda da moeda



09/07/2020 09:58 — Em Finanças

EUA: Pedidos de seguro-desemprego desaceleram para 1,314 mi, abaixo do previsto

Foram 99 mil novas solicitações a menos em relação à semana anterior; economistas projetavam 1,388 mi



09/07/2020 09:54 — Em Mundo

Enchente paralisa frigorífico da cooperativa gaúcha Dália

Água invadiu o pátio e a casa de máquinas do abatedouro de suínos em Encantado



09/07/2020 09:53 — Em Agronegócios

[VEJA MAIS](#)

MP que muda tributação sobre hedge de investimento no exterior é aprovada

Medida autoriza emissão de Letra Financeira e acelera a Lei do Repasse vai à sanção presidencial

Por Vandson Lima e Renan Truffi — De Brasília

09/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Coelho: para relator da MP, nova regra reduz o efeito da volatilidade cambial e estabiliza a base tributária e a arrecadação — Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 930, que altera a tributação sobre o hedge (proteção) de investimentos de instituições financeiras no exterior, acelera a implantação da chamada Lei do Repasse e autoriza a emissão de Letra Financeira (LF) com prazo inferior a um ano para permitir o aumento de liquidez do mercado. A proposta segue para sanção presidencial.

O líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), designado relator da matéria, disse que a MP oferece liquidez e ampliação de crédito, importantes neste momento de pandemia que o Brasil está enfrentando, e buscou corrigir uma assimetria tributária que produzia diversos efeitos indesejados, como aumento dos custos de transação dos bancos e impacto na arrecadação tributária, derivada da volatilidade cambial sobre o investimento no exterior.

“Anteriormente à edição da MP, em momentos de forte desvalorização cambial, o prejuízo gerado com a posição vendida no hedge seria computado na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e geraria, portanto, menor arrecadação, ainda que houvesse ocorrido ganho na posição ativa no investimento no exterior, já que esse não era reconhecido para fins tributários”, apontou. “A medida provisória corrige essa distorção, pois passa a tributar de maneira conjunta os investimentos no exterior e as operações de cobertura, o chamado hedge, assegurando, portanto, neutralidade para o conjunto das operações. Com isso, a nova regra reduz o efeito da volatilidade cambial e estabiliza a base tributária e a arrecadação, facilitando a gestão orçamentária da União”, completou.

Quanto ao regime legal da Letra Financeira, a alteração adequa o título de crédito ao prazo legal máximo para as operações de redesconto e empréstimo realizadas pela autarquia, que é inferior ao prazo mínimo de vencimento (um ano), estabelecido em lei. “Entendemos ser conveniente e plenamente justificável o comando, diante do quadro de crise. As instituições financeiras de médio e pequeno porte, eventualmente com alguma dificuldade de liquidez, que venham a solicitar empréstimo ao Banco Central serão beneficiadas pela medida”, apontou o relator.

O Senado também aprovou e encaminhou à sanção projeto que aperfeiçoa o pagamento do auxílio emergencial, priorizando a mulher como recebedora do benefício destinado a família monoparental.

A medida, originalmente apresentada por 65 deputados na Câmara, deu-se por conta das várias denúncias de que o auxílio, que devem ser pagos em dobro para a mãe solo - a mulher chefe de família, ou seja, R\$ 1,2 mil - tem sido sacados pelos ex-cônjuges. Desta forma, o projeto modifica a lei para prever que será considerado o cadastro de dependente feito pela mulher, ainda que posterior àquele efetuado

pelo homem, quando o genitor e a genitora não formarem uma única família e houver duplicidade na indicação de dependente nos cadastros.

Pelo texto, o recurso só vai para o pai quando comprovada a guarda unilateral do dependente.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Esta mulher conta como você pode ganhar dinheiro

DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | SLOTO MANIA APP

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia

VARIZERO

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Azul anuncia venda de sua participação na TAP ao governo português

VALOR INVESTE

Apple fecha hoje mais 30 lojas devido ao aumento de infecções por covid-19

Portaria prevê desconto de até 70% em dívidas

PGFN estima que créditos considerados irrecuperáveis somem R\$ 1,4 trilhão

Por Luísa Martins — De Brasília

09/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O advogado-geral da União, José Levi, publicou hoje, no Diário Oficial da União (DOU), a portaria que regulamenta os dispositivos previstos na lei que derivou da MP do Contribuinte Legal. A negociação das dívidas tributárias de pessoas físicas e jurídicas com a administração pública, de acordo com as normas que entram em vigor dia 15, estabelecem descontos de até 70% e parcelamentos em até 145 meses a devedores com créditos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação, conforme minuta à qual o **Valor** teve acesso.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estima que esses créditos somem R\$ 1,4 trilhão, mais da metade do estoque da Dívida Ativa da União. O texto busca aumentar a arrecadação e negociar com cada devedor de acordo com o seu perfil financeiro, o que evita a concessão de benefícios a empresas que, na verdade, teriam condições de fazer o pagamento integral.

O texto publicado hoje prevê que a transação possa ser oferecida pela Procuradoria-Geral da União (PGU), quando o crédito for da administração pública direta; pela Procuradoria-Geral Federal (PGF), nos casos de autarquias e fundações públicas; ou pelo próprio devedor. A proposta não poderá reduzir o montante principal da dívida, assim como ficam vedadas negociações de créditos provenientes de acordos de leniência, de decisões da Justiça Eleitoral ou de sanções por improbidade, por exemplo.

Poderá ser exigida do devedor uma série de condições para celebrar o acordo, como a fixação de garantias reais, a alienação de bens e os créditos que porventura ele tenha a receber da União, se reconhecidos em decisão transitada em julgado.

Há dispositivos específicos para companhias em recuperação judicial, que estipulam parcelamento em até 145 meses a microempresários individuais e a micro e pequenas empresas, com desconto de 70%. Nos demais casos, a dívida cai pela metade e pode ser parcelada em 84 meses.

As empresas com créditos classificados pela União como irrecuperáveis ou de difícil recuperação poderão optar por pagar uma entrada de 5% do valor consolidado devido e, depois, parcela única com 50% de desconto ou 84 parcelas com redução de 10%. Já para pessoas físicas, a entrada é a mesma, mas as condições posteriores incluem parcela única com 70% de desconto ou 145 parcelas com redução de 10%.

“Esse acerto de contas com o Estado permite, a um só tempo, a recuperação de valores pela União, a diminuição da sobrecarga do Judiciário e a regularização dos débitos dos devedores, permitindo que eles possam voltar a fomentar a atividade econômica neste período de crise”, diz o diretor do Departamento de Patrimônio Público e Probidade da PGU, Vanir Fridriczewski.

Para o coordenador-geral de cobrança da PGF, Fábio Munhoz, a principal vantagem da norma é trazer “condições perenes de negociação, ou seja, transações individuais de acordo com critérios previstos em lei”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Esta mulher conta como você pode ganhar dinheiro

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Planejamento

08/07/2020 18:40

Produção Industrial baiana avança 7,6% em maio

Mesmo em meio à pandemia do Coronavírus, a produção industrial (de transformação e extrativa mineral) da Bahia, ajustada sazonalmente, avançou 7,6% em maio, frente ao mês imediatamente anterior. As informações fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgadas nesta quarta-feira (8), sistematizadas e analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

“Este resultado da Bahia foi acima da média nacional e reflete a capacidade de recuperação da nossa produção industrial”, destaca o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Devido aos efeitos da pandemia, no acumulado do ano, a indústria registrou queda de 5,9%, em relação ao mesmo período do ano anterior. O indicador, no acumulado dos últimos 12 meses, apresentou redução de 5,1%, frente ao mesmo período anterior. Na comparação com igual mês do ano anterior, a indústria baiana assinalou declínio de 20,7%, porém melhor do que o índice nacional, que foi de -21,9%.

O setor de Derivados de petróleo (27,9%) apresentou a principal influência positiva em maio, explicada, especialmente, pela maior fabricação de óleos combustíveis, óleo diesel e naftas para petroquímica. Outro resultado positivo no indicador foi observado no segmento de Celulose, papel e produtos de papel (1,1%).

No acumulado do período de janeiro a maio de 2020, comparado com o mesmo período do ano anterior, o segmento de Derivados de Petróleo registrou aumento de 31,0%, impulsionado pela maior fabricação de óleos combustíveis, óleo diesel e naftas para petroquímica. Importante ressaltar, também, os resultados positivos assinalados por Celulose, papel e produtos de papel (11,0%) e Produtos alimentícios (4,4%). No acumulado dos últimos 12 meses, comparado com o mesmo período do ano anterior, destacaram-se positivamente Derivados de petróleo (16,3%) e Bebidas (0,4%).

Comparativo regional

A queda no ritmo da produção industrial nacional, com taxa de -21,9%, na comparação entre maio de 2020 com o mesmo mês do ano anterior, foi acompanhada por 13 dos 14 locais pesquisados, com destaque para os recuos mais acentuados assinalados por Ceará (-50,8%), Amazonas (-47,3%) e Espírito Santo (-31,7%). Por outro lado, apenas o estado de Goiás (1,2%) assinalou taxa positiva nesse mês.

No acumulado do período de janeiro a maio, 12 dos 14 locais pesquisados registraram taxa negativa, com destaque para as quedas mais acentuadas em Ceará (-21,8%), Amazonas (-20,7%), Espírito Santo (-18,5%) e Rio Grande do Sul (-16,6%). Por sua vez, Rio de Janeiro (2,8%) e Pará (0,9%) registraram os maiores avanços no período.

Fonte: Ascom/ Seplan

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Receita estadual mostra recuperação parcial

Notas fiscais estaduais eletrônicas ao consumidor de junho mostram recuperação da receita dos Estados, embora ainda em queda

09/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

As notas fiscais estaduais eletrônicas ao consumidor (NFC-e), emitidas em junho, também mostram uma recuperação da receita dos Estados, embora ainda em queda, na comparação com o mesmo mês do ano passado. “As notas indicam uma recuperação parcial”, afirmou o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Rafael Fonteles, em conversa com o **Valor**. “Houve uma queda menor em junho do que a queda de maio, comparando ambos com 2019”, explicou.

Para Fonteles, que é secretário de Fazenda do Piauí, o resultado em junho indica “um início de recuperação (da economia)”. Ele prefere, no entanto, adotar uma postura de cautela. “Ainda não sabemos avaliar se a melhora (da receita) se deve apenas ao impacto do auxílio emergencial de R\$ 600, concedido pelo governo aos trabalhadores informais”, observou. No fim de junho, a Caixa informou que 64,5 milhões de brasileiros foram beneficiados pelo auxílio emergencial, com um impacto, até aquele momento, de R\$ 103,8 bilhões. O governo estendeu o benefício por mais dois meses.

Reação é mais modesta do que a divulgada pela Receita

A maioria dos Estados reduziu também o isolamento social, o que aumentou o nível de atividade econômica, com reflexo na arrecadação estadual. Mas, para os secretários estaduais de Fazenda, não está claro qual o impacto da reabertura da economia no aumento da arrecadação.

O secretário de Planejamento e Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, informou que as notas fiscais eletrônicas do Estado mostraram uma recuperação em junho. Ao **Valor**, ele disse que a receita estadual está “em processo de recuperação, mas ainda abaixo”, na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Na página do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) na internet, há um gráfico com informações diárias das NFC-e emitidas em onze Estados. O gráfico mostra que a trajetória de vendas com a emissão de notas em junho ficou abaixo da trajetória do mesmo mês do ano passado, em quase todo o período.

Na primeira semana de julho, no entanto, há uma inversão da trajetória do mês, mostrando uma melhora em relação a julho do ano passado. Ainda não há elementos para afirmar que a tendência da curva foi alterada, pois pode ser apenas uma mudança sazonal.

A recuperação da receita no âmbito do governo federal, em junho, foi bem mais expressiva. Os dados das vendas registradas por meio de notas fiscais eletrônicas mostraram um crescimento 15,6% em relação a maio e de 10,3% em relação a junho de 2019, segundo a Receita Federal. Ou seja, houve um resultado positivo em relação ao ano passado, o que ainda não ocorreu com as vendas registradas por meio de notas fiscais eletrônicas estaduais.

Os dados da Receita Federal se referem a venda com notas entre empresas e ao comércio eletrônico, não presencial, ou seja, a vendas de empresas para pessoas físicas por meio da internet. Em seu relatório, a Receita informa que a quantidade de notas fiscais eletrônicas emitidas em junho foi superior aos outros meses deste ano, antes da pandemia. O mais significativo é que, no acumulado de 2020, o valor das notas fiscais emitidas é o mesmo, em termos reais, a igual período de 2019.

O governo federal e os governos estaduais vão divulgar, nos próximos dias, as suas arrecadações em junho. Mas é preciso ter cuidado com esses números. Eles são imagens vistas pelo retrovisor, pois se referem a uma realidade que ficou para trás. Isto porque a maioria dos tributos é paga apenas no mês seguinte ao de sua competência, ou seja, do mês em ocorre o fato gerador da obrigação de pagar o tributo. O que foi arrecadado em junho tinha, na maior parte, competência em maio.

Por isso, a receita de tributos federais de junho será muito ruim, talvez com queda em torno de 30%, na comparação com o mesmo mês de 2019. Repetindo, assim, o que já ocorreu em maio deste ano. O que pode amenizar a queda da receita federal em junho é o expressivo aumento da arrecadação do Imposto de Renda, pois a entrega da declaração anual de ajuste foi adiada de abril para o mês passado. Os tributos estaduais, principalmente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), também apresentarão redução, embora em menor intensidade.

No caso dos tributos federais, o que mais pesou em junho, da mesma forma que em maio, foi a postergação do pagamento do PIS/Cofins e da contribuição patronal ao INSS. O diferimento, como é chamado tecnicamente, se estenderá até o mês de junho. Somente a partir de julho esses tributos voltarão a ser cobrados, com impacto favorável na arrecadação de agosto.

Com o fim do diferimento, a recuperação da receita ficará mais fácil de ser avaliada. É possível que, a partir de agosto, a arrecadação de tributos federais volte a apresentar aumento real na comparação com os mesmos meses do ano passado.

Os prefeitos que serão eleitos em novembro terão de pagar uma conta que foi pendurada pelos seus antecessores. Por causa da situação de calamidade pública, os municípios deixarão de pagar as parcelas do refinanciamento de suas dívidas

com a Previdência Social, que vencem entre primeiro de março e 31 de dezembro deste ano. O adiamento foi autorizado pela lei complementar 173.

O montante total do pagamento adiado é de R\$ 780 milhões, segundo a Receita Federal. Uma portaria da Receita e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estabelece que os valores não pagos serão atualizados com base em índices oficiais previstos em lei, sem incidência de encargos adicionais pelo inadimplemento, e incorporados aos respectivos saldos devedores em primeiro de janeiro de 2022.

A portaria estabelece que o pagamento terá que ser feito no prazo remanescente de amortização dos parcelamentos. Ou seja, os municípios terão aumento no valor das parcelas mensais do parcelamento de suas dívidas com a Previdência. É o custo da pandemia da covid-19 sendo repassado para o futuro.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Esta mulher conta como você pode ganhar dinheiro
DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | SLOTOMANIA APP

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania
DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | HOUSE OF FUN APP

LINK PATROCINADO